Agradecimentos

Considerar que o presente trabalho representa o culminar de uma etapa académica seria, no mínimo, altamente reducionista. Este trabalho representa muito mais do que isso. Representa, fundamentalmente, pessoas. Representa vivências, experiências e sentires. Ortega y Gasset afirmou que "o eu sou eu e a minha circunstância", como tal, a minha circunstância reinventa-me diariamente. A minha circunstância é feita, fundamentalmente, de pessoas. Como tal, quero lembrar que concorreu directa ou indirectamente para que este trabalho fosse possível.

Aos meus Pais, pelo amor, pela dedicação, pela educação, por tudo. Pelo sentimento que destronou completamente a distância durante estes 5 anos. Pela paciência, por nunca terem desistido. Pelos valores de família que comungamos, aos quais pretendo dar continuidade. Muito obrigado por tudo, a vós dedico este trabalho.

Ao Paulo, meu irmão, pela fraternidade, pelo nosso sentimento. Pelas nossas brincadeiras que remontam ainda à "casa velha", no quarto dos brinquedos e aos jogos de futebol que, não raras vezes, culminavam com vidros partidos. Este trabalho também te é dedicado.

À Fátima, pelo amor, pelo conforto, pelos chás quentes que me aconchegavam o estômago e a alma durante a concepção deste trabalho. Pelo apoio demonstrado, e que remonta ainda aos dias quentes de Agosto. Por tudo o que representas para mim, o meu obrigado. Também a ti dedico este trabalho.

Aos avós dos Açores e da Madeira, aos tios e tias, aos primos e primas e às minhas madrinhas. Obrigado pelo sentimento de família que partilhamos. Muito do que sou hoje deve-se a todos vós.

A todos os meus amigos, em especial aos que estiveram sempre do meu lado. Um agradecimento especial ao Leo pela paciência e pelo altruísmo demonstrados e ao João e à família Prisciliano por me terem acolhido como um dos seus durante estes cinco anos.

Ao XXVI CFOP, com quem partilhei os últimos cinco anos. Orgulho-me de ser parte integrante deste curso tão peculiar. Obrigado pelas vivências, pelas alegrias, mas também pelos desentendimentos, com os quais também aprendi e cresci. Aos verdadeiros camaradas para a vida, vocês sabem quem são.

Aos meus amigos dos restantes CFOP's, vocês sabem perfeitamente quem são. Obrigado pela amizade verdadeira.

Ao ISCPSI, na figura dos docentes, do corpo de alunos e do quadro orgânico, pelos cinco anos de convívio e de aprendizagem constante, bem como pelo contributo indubitável que exerceram na minha formação como Homem, mas também como profissional desta nobre instituição.

Ao Subcomissário Valter Salselas pelos ensinamentos que de forma abnegada me transmitiu e que constituirão, indubitavelmente, os alicerces do meu futuro profissional.

Finalmente, e mais importante, ao Senhor Intendente Sérgio Felgueiras e à Profª Doutora Lúcia Pais pelo excepcional empenho e sapiência com que me orientaram. Pela dedicação e disponibilidade que me garantiram desde o início. Pelos conselhos e pela paciência demonstradas. Por tudo, o meu profundo agradecimento.

A todos, o meu sincero agradecimento e um bem-haja.

Epígrafe

"I went to the woods because I wished to live deliberately, to front only the essential facts of life, and see if I could not learn what it had to teach, and not, when I came to die, discover that I had not lived. I did not wish to live what was not life, living is so dear; nor did I wish to practise resignation, unless it was quite necessary. I wanted to live deep and suck out all the marrow of life, to live so sturdily and Spartan-like as to put to rout all that was not life, to cut a broad swath and shave close, to drive life into a corner, and reduce it to its lowest terms."

Henry David Thoreau

Walden: or, life in the woods

RESUMO

A acção colectiva pode ser desenvolvida em registos multifacetados. Tal acontece porque todo o comportamento colectivo está sujeito a oportunidades e constrangimentos, os quais vão moldando o carácter da acção. As abordagens teórico-conceptuais às várias subculturas adeptas que surgiram na Europa a partir da segunda metade do século passado têm demonstrado que as idiossincrasias políticas, sociais e culturais locais influenciam os moldes em que os grupos organizados de adeptos se manifestam. Paralelamente, o sucesso da actuação da Polícia passa, fundamentalmente, pela legitimação da sua actividade. Para tal, a Polícia deve ser conhecedora da realidade na qual actua, designadamente das identidades sociais com as quais interage. Tendo em conta a interacção existente entre a PSP e as claques portuguesas, associado ao facto de estas se apresentarem como uma realidade pouco estudada, procuramos, através das potencialidades do Facebook, caracterizar estes peculiares grupos de adeptos. Assim, através duma abordagem qualitativa, procuramos analisar os conteúdos partilhados no Facebook de quatro claques de futebol portuguesas, nomeadamente Juventude Leonina, Super Dragões, Diabos Vermelhos e *No Name Boys*. Os resultados da análise apontam para a prevalência de conteúdos relacionados com o repertório de acção *ultra* bem como com factores atinentes à mobilização para a acção de apoio ao clube.

Palavras-chave: acção colectiva; identidade social; polícia; claques; Facebook.

ABSTRACT

Collective action can be developed into multifaceted records. This happens because the entire collective behavior is subject to opportunities and constraints, which shape the nature of the action. The theoretical and conceptual approaches to various fan based subcultures, which emerged in Europe since the second half of the last century, have shown that local political, social and cultural idiosyncrasies influence the way in which organized groups of football fans manifest. In parallel, the successful conduct of the Police is, fundamentally, linked with the legitimizing of their activity. To do so, the Police should be cognizant of the reality in which it operates, namely the social identities with which interact. Taking into account the interplay between the PSP and portuguese football fans, associated with the fact that they stand a scarcely studied, we try, using Facebook potential, to characterize these peculiar groups of fans. Thus, through a qualitative approach, we analyzed the shared content on Facebook wall of four portuguese football fans groups, which includes *Juventude Leonina*, *Super Dragões*, *Diabos Vermelhos* and No Name Boys. The analysis points to a prevalence of content related to *ultra* action repertoire as well as to the call for action in support of the club.

Key-words: *claques*; police; social networks; social identity; collective action.

ÍNDICE

Introdução ix
Capítulo I – Enquadramento Teórico 3
1. Acção colectiva 3
1.1. Teorias clássicas da acção colectiva 3
1.2. Teorias contemporâneas da acção colectiva 6
1.3. Acção colectiva em contexto desportivo: o caso do futebol 11
2. Futebol: Surgimento, evolução e subculturas 13
2.1. Transição do popular para o profissional 13
2.2. Hooliganismo 16
2.2.1. *The English Disease* (A Doença Inglesa) 16
2.2.2. Subcultura *casual* 18
2.2.3. Polissemia do conceito Hooliganismo 19
2.3. Subcultura *ultra* 21
2.3.1. Contextualização histórica: A subcultura *ultra* em Itália 21
2.3.2. Características da subcultura *ultra* 22
2.3.3. Subcultura *ultra* em Portugal 24
3. Actuação policial 27
3.1. Mudança de paradigma 27
3.2. Factores críticos de sucesso da actuação policial 28
3.3. O sucesso do Euro 2004 31
3.4. As condições estruturais e o papel da FIFA e da UEFA 32
4. Redes sociais: Recurso para a mobilização e difusão identitária 34
5. Formulação da problemática de investigação 36
Capítulo II – Método 39
1. Abordagem Qualitativa 39
2. *Corpus* 40
3. Instrumento 41
4. Procedimento 44
Capítulo III – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados 46
1. Análise qualitativa e discussão dos conteúdos do Facebook 46
1.1. Níveis de participação no Facebook 46
1.2. Registos *casual* numa realidade eminentemente *ultra* 46
1.2.1. *No pyro, no party* (sem pirotecnia não há festa) 47
1.3. Mobilização à participação 48

1.4. Organização da claque 49
1.5. Ideologias, significados e provocações à mistura 52
1.6. Do sentimento de injustiça à devoção ao clube 56
Capítulo IV – Conclusões 59
Referências 63

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 – Grelha de análise de conteúdo (com exemplos) …….75

ANEXO 2 – Distribuição das unidades de registo pelas categorias…….……78

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. Total de u.r. por claque analisada……...……..46

FIGURA 2. Ocorrência percentual das categorias Mobilização de Recursos.....47

FIGURA 3. Ocorrência percentual da subcategoria "Ícones" por claque…….....53

FIGURA 4. Comparação da ocorrência percentual entre as subcategorias "simbolismos do clube" e "simbolismos da claque" por claque analisada..…….....54

FIGURA 5. Ocorrência percentual da categoria "Demarcação clubística" por claque.....55

Introdução

Toda a acção colectiva está condicionada pela dicotómica relação de constrangimentos e oportunidades. A prossecução de objectivos por parte de um grupo social, independentemente da sua natureza, está condicionada por múltiplos circunstancialismos, sejam eles políticos, culturais, sociais ou económicos, sendo que, à semelhança do que nos sugere Olson (1965), qualquer acção é operacionalizada numa lógica de custo-benefício. Paralelamente, os condicionalismos de cada contexto social potenciam o desenvolvimento de identidades sociais distintas, as quais são dotadas de traços, sobremaneira, idiossincráticos que as diferenciam das demais.

No entanto, torna-se premente individualizar e distinguir a acção desenvolvida pelos diversos grupos sociais. No caso do futebol, desde os finais dos anos 60 do século passado que se tem vindo a estudar diversas subculturas adeptas, caracterizadas por formas de acção multifacetadas onde, mais uma vez o meio no qual a acção se desenvolve influi nos moldes em que esta é operacionalizada. A Polícia, enquanto instituição ao serviço das pessoas encontra-se, indubitavelmente, ligada a esta problemática, tornando-se imperativo a legitimação da sua actividade perante o cidadão e as suas diversas formas de acção. Ora, a almejada legitimação da actuação policial exige um conhecimento profundo das realidades nas quais se opera. Assim, revela-se essencial aferir as identidades sociais com as quais a polícia interage, nas quais as diversas subculturas de adeptos se inserem. Como tal, impõe-se que a instituição policial científica ao invés de se apoiar na tradição, se faça valer da ciência e do conhecimento metodológico como legitimador da sua actividade. O presente trabalho surge neste sentido, numa tentativa de fornecer subsídios à PSP relativamente às claques portuguesas, através dos discursos partilhados por estas no Facebook.

Na prossecução deste objectivo, este trabalho encontra-se demarcado em quatro capítulos distintos, designadamente Enquadramento teórico, Método, Apresentação e discussão dos resultados e, finalmente, Conclusões. Desta forma, a letra do nosso enquadramento teórico começa por lançar um olhar às teorias clássicas do comportamento colectivo (Durkheim, 1953; Freud, 1921; Le Bon, 1896; McDougall, 1920; Tarde, 1903). No entanto, as debilidades por estas ostentadas potenciaram a sua recontextualização. Nesta senda, novas teorias alusivas à acção colectiva surgiram, as teorias contemporâneas, das quais destacamos a Teoria das Oportunidades Políticas (Eisinger, 1972; Tilly, 1978), a Teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978) e a Teoria do

Enquadramento Cultural (della Porta & Diani, 2006; Goodwin, Jasper, & Polletta, 2001). Concomitantemente, as teorias afectas às identidades sociais bem como os modelos que explicam a sua dinâmica, leia-se, o *Elaborated Social Identity Model* (ESIM) (Reicher, 1984, 1996), serão, igualmente, dissecadas. Este suporte teórico-conceptual, seguidamente, demonstra-se precioso quando são analisadas as subculturas adeptas que surgiram na Europa na segunda metade do século XX, nomeadamente a subcultura *hooligan* e *ultra* (Dunning, 1992; Giulianotti, 1994; Podaliri & Balestri, 1998). Destacaremos, igualmente, as múltiplas variáveis que concorrem para o sucesso dos eventos desportivos, mormente, do futebol. Faremos ainda uma reflexão sobre a actuação policial, não só em contexto desportivo mas também *lato senso*, entenda-se, os princípios que norteiam a sua actuação. A propósito dos factores críticos de sucesso da actuação policial, lembraremos alguns episódios nos quais a sua não verificação não proporcionou a legitimação da actuação da polícia. Em sentido inverso, daremos também nota de eventos nos quais o respeito por determinados princípios se demonstrou profícuo. Ainda relativamente ao enquadramento teórico do problema de investigação, fazemos uma análise às potencialidades das redes sociais, as quais se demonstram, cada vez mais, como um recurso válido no paradigma comunicacional actual (Boyd & Ellison, 2008).

Por sua vez, na segunda parte do trabalho, é descrito o método utilizado. Neste trabalho, de índole exploratória, optámos pela adopção de uma metodologia de investigação qualitativa, a qual se justifica, também, com o *corpus* de análise escolhido (Bardin, 1977). O nosso *corpus* é composto pelos conteúdos partilhados nas páginas de Facebook das claques da Juventude Leonina, dos Super Dragões, dos Diabos Vermelhos e dos *No Name Boys* durante três períodos temporais. Relativamente ao instrumento de análise, baseou-se na construção de uma grelha de análise de conteúdo (Krippendorff, 2004) com diversas categorias e respectivas subcategorias (vd. Anexo 1), nas quais os dados recolhidos foram introduzidos e analisados, respeitando determinados critérios. Por último, apresentamos todos os procedimentos desenvolvidos ao longo da investigação, explicitando os critérios por nós definidos para a escolha dos períodos temporais.

Através do respeito, criterioso, dos pressupostos mencionados no capítulo do método, analisamos a totalidade da informação inserida na grelha categorial e, a partir daí, apresentamos e discutimos os resultados obtidos.

Finalmente, a secção última do nosso trabalho é dedicada às conclusões e reflexões finais, as quais decorrem da interpretação dos resultados obtidos na análise de conteúdo.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Acção colectiva

1.1. Teorias clássicas da acção colectiva

O fascínio pela multidão não é recente. A consciência de que "a vida pública (…) compreende todos os usos colectivos" (Ortega y Gasset, 1930, p. 58), nas suas variadas e potenciais configurações, estimulou um estudo pela multidão que se mostrou, ao longo dos anos, exaustivo. Neste sentido, como a compreensão do presente exige um conhecimento do passado, torna-se premente lembrar quem foi pioneiro no estudo desta temática. "A antinomia entre o indivíduo e o grupo é apenas aparente, ou, para dizer toda a verdade, falsa, pelo que uma psicologia digna desse nome não pode privilegiar ou dar exclusivo a um ou outro" (Mannoni, 1985, p. 13), daí que seja fundamental estudar o Homem, não só, enquanto ser uno, mas também as "representações colectivas" (Durkheim, 1953) que por este são formadas no quotidiano do seu *modus vivendi*.

Independentemente do tempo e do espaço constata-se um consenso assumido quanto à existência de "uma nova potência, última soberana da idade moderna: a potência das multidões" (Le Bon, 1896, p. 13). A par da sua influência na sociedade, a análise da multidão demonstrou-se distinta e, por vezes até, paradoxal. Durkheim (1953) caracteriza as representações colectivas sendo exteriores ao indivíduo e à sua consciência, surgindo da sua participação no meio social. No decorrer da sua obra, Durkheim (1953) afirma que os fenómenos sociais, invariavelmente, formam-se alheados das motivações individuais de cada indivíduo, defendendo o cariz colectivo, unidireccional e exterior aos indivíduos destas representações. Le Bon (1896, p. 15) caracteriza e analisa a multidão com um cepticismo e desconfiança latentes, ao afirmar que "quando o edifício de uma civilização está podre, as multidões apressam a sua destruição". Ao longo da sua obra *The crowd a study of the popular mind* (1986), o autor faz o retrato da multidão, bem como do indivíduo inserido nesta, atestando que o indivíduo quando mergulhado na multidão perde a sua personalidade consciente, ao passo que os seus sentimentos e acções orientam-se num único sentido, no sentido de uma alma colectiva. Para além destas características, constata-se que o indivíduo diluído na multidão alcança um sentimento de invencibilidade "que lhe permite deixar agir instintos que, sozinho, teria forçosamente refreado (…) para isso contribui ainda o facto de a multidão ser anónima e, por consequência, irresponsável" (Le Bon, 1896, p. 24). Além do anonimato, e motivado por influências de índole hipnótica,

verifica-se o contágio, característica que faz com que o indivíduo contrarie a sua natureza egoísta, em prol de um interesse colectivo (Le Bon, 1986). A preceder o contágio emerge a sugestionabilidade, sendo que o primeiro é fruto da segunda (Le Bon, 1896). Gabriel Tarde (1903), por seu turno, aponta a imitação, ainda que por vezes difusa, como condição fundamental das relações interpessoais. A sociedade seria definida como "um grupo de indivíduos em condição de se influenciarem mutuamente" (Tarde, 1903, p. 68). Neste sentido, constata-se uma homogeneidade mental, fruto da imitação mútua entre os diversos indivíduos. À semelhança de Le Bon (1986), Tarde (1903) evidencia o cariz inconsciente da multidão, afirmando que esta comporta-se sonambulamente.

Freud (1921), por seu turno, procura explicar o comportamento das massas através do conceito de libido, uma vez que, estando este conceito associado à teoria da afectividade, pode a dedicação a objectos ou a ideias ser a explicação do ímpeto das multidões. Como suporte à concepção da teoria afectiva, Freud (1921, p. 13) dá o exemplo da Igreja e do Exército, considerando que cada uma das instituições são construções artificiais, constatando-se "uma certa coacção externa empregada para evitar a sua dissolução". A perpetuação de uma e outra instituição só é possível pela existência de um líder que demonstra igual afecto para com todos os indivíduos que compõem a massa. Neste sentido, a perpetuação destas instituições depende da ilusão que une os indivíduos ao líder, caso contrário tanto a Igreja como o Exército acabariam por se dissolver (Freud, 1921). Na mesma senda, Tarde (1903) evidencia factores como o fascínio e a fé como potenciais agregadores dos indivíduos. "Grandes homens como de Ramsés a Alexandre, de Alexandre a Maomé, de Maomé a Napoleão" (Tarde, 1903, p. 80) uniram multidões num mesmo sentido, sendo que este cariz afectivo que une as pessoas a uma figura ou a um símbolo "atira as pessoas para um estado de autêntica catalepsia" (Tarde, 1903, p. 80).

No entanto, nem todo o agregado de indivíduos constitui uma multidão, uma vez que a condição fundamental da actividade mental colectiva passa pela devoção a um objecto e modo de sentir comum, bem como graus de influência mútua entre os diversos membros do grupo (McDougall, 1920). Assim sendo, o grupo é caracterizado pela homogeneidade, donde se constatam similaridades no que às mentalidades, interesses e sentimentos diz respeito (McDougall, 1920). Esta homogeneidade mental pode, segundo Tarde (1903), ser alcançada através da educação, sendo que McDougall (1920) afinca que o sentir colectivo tem um efeito paradoxal, isto é, além de se demonstrar opressor, garante uma experiência altamente aprazível aos indivíduos. No decorrer da sua obra *The group*

mind, McDougall (1920) aponta as características fundamentais que distinguem as multidões simples das multidões altamente organizadas. As primeiras caracterizam-se pela perda da autoconsciência, assemelhando-se à caracterização defendida por Le Bon (1986). Assim, as multidões simples e desorganizadas caracterizam-se pela emoção, impulsividade, violência, inconsciência e radicalismo na acção, não apresentando traços de responsabilidade ou consciência (McDougall, 1920). Por outro lado, as multidões organizadas destacam-se pela sua continuidade e organização, constatando-se dinâmicas intergrupais duradouras (McDougall, 1920).

As teorias concernentes ao comportamento colectivo desenvolvidas por os autores supra mencionados demonstraram uma análise do indivíduo num referencial de irracionalidade e patologia, sendo as mesmas teorias construídas sob uma égide psicossocial (Durkheim, 1953; Freud, 1921; Le Bon, 1896; McDougall, 1920; Tarde, 1903). Turner e Killian (1957), por seu turno, desenvolveram uma teoria de índole sociológica, demarcando-se das construídas até então (Chazel, 1995). Turner e Killian (1957) rejeitam a premissa da insanidade ou da irracionalidade, defendendo que o comportamento colectivo é definido por um processo interpretativo da realidade. Esta teoria aplica-se a situações nas quais os elementos que compõem a multidão enfrentam a dúvida relativamente ao comportamento a adoptar. Nestas circunstâncias, o indivíduo adopta, ou não, determinado comportamento em função da reacção dos restantes membros. Assim, não sendo exteriorizadas reacções negativas a uma determinada conduta, a mesma será entendida como aceitável, emergindo uma norma no grupo. Turner e Killian (1957) afincam que, apesar de a multidão não ser dotada de consciência, autocontrolo ou auto-estima, o indivíduo carrega consigo cada uma destas características. Assim sendo, o comportamento colectivo é resultado da conformidade existente entre os vários indivíduos e a teoria da norma emergente funda-se numa interacção simbólica entre os mesmos.

Na mesma senda sociológica de Turner e Killian (1957), Neil Smelser (1962, p. 8) define o comportamento colectivo como uma "mobilização na base de uma crença que redefine a acção social". No entanto, para que a mudança seja operada é necessária a verificação de determinados pressupostos, tais como a existência de condições estruturais favoráveis para que a acção seja materializada (Smelser, 1962). A par dos factores de índole estrutural, Smelser (1962) lembra a premência da existência de tensões que gerem descontentamento e insatisfação nas pessoas, donde emerge a fase de "crescimento e difusão de uma crença generalizada" (Smelser, 1962, p. 16), não só na evidência do

problema, mas também na validade da sua solução. Smelser (1962) enuncia um quarto factor para a operacionalização da acção colectiva, uma vez que os três factores supra enunciados, por si só, não reúnem condições para a materialização da acção, sendo para tal necessário o factor que espolete a acção. Ainda assim, a acção colectiva só ganhará forma com a verificação de um quinto factor, a saber: "a mobilização de participantes para a acção" (Smelser, 1962, p. 17). Em sentido oposto, a acção estará sujeita ao posicionamento do Estado para com ela, na medida em que poderá facilitar a acção ou, então, criar-lhe constrangimentos. No entanto, a análise de Smelser estende-se a todas as formas de comportamento, demonstrando-se, assim, demasiado genérica (Chazel, 1995).

O final do século XIX e a primeira metade do século XX demonstraram-se férteis no que à caracterização e análise das massas diz respeito. Muitos foram os autores que se aventuraram neste sinuoso terreno, tais como os já citados Durkheim (1953), Freud (1921), Le Bon (1986), McDougall (1920), Smelser (1962), Tarde (1903), Turner e Killian (1957). Muitas foram as explicações avançadas, factores como o contágio, a sugestionabilidade, o anonimato, a imitação, a afectividade, os níveis de organização dos grupos encabeçaram as teorias avançadas por cada um destes autores, demonstrando todas elas um determinismo antropológico e uma rigidez impraticável com a volátil da realidade a que hoje se assiste.

No entanto, conscientes que "outros cavariam mais fundo" (Le Bon, 1986, p. 17), foi sem surpresa que com o decorrer dos anos foram surgindo novas teorias. Se o final do século XIX e o advento do século XX ficaram marcados pela procura do *porquê* do surgimento e das dinâmicas grupais, actualmente assiste-se à procura da resposta ao *como* lidar com as multidões e em que moldes a sua acção é orquestrada. Actualmente, a validade científica destas obras clássicas é colocada em causa (Chazel 1995), uma vez que divorciam a multidão do seu contexto social, demonstrando-se reducionistas e com um enfoque microssocial (Reicher 1984, 2001). Para além destes factores, importa lembrar os ambientes políticos em que estas teorias surgiram, isto é, numa altura em que os regimes totalitários dominavam grande parte da Europa (Gohn, 1997). Ainda assim, e apesar das críticas, todos estes autores destacaram o indubitável poder que fenómenos colectivos detêm (Drury & Reicher, 2009).

1.2. Teorias contemporâneas da acção colectiva

Com o decorrer dos anos e dos estudos relacionados com o comportamento colectivo, foram surgindo novas teorias que procuraram preencher as debilidades e lacunas apresentadas pelas teorias clássicas. A necessidade de recontextualizar o comportamento

das multidões tornou-se evidente, e este esforço de investigação quebrou alguns dos dogmas que eram considerados soberanos pelas teorias clássicas, nomeadamente o contágio, a irracionalidade e o cariz violento das multidões (Chazel, 1995; McPhail, 1969; McPhail & Wohlstein, 1983; Schweingruber & Wohlstein, 2005; Tilly, 1978). Importa também lembrar as alterações sociais que se operaram na Europa após Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, após os protestos do Maio de 68, potenciando formas de acção distintas das conhecidas até então (della Porta & Diani, 2006).

O esforço de recontextualização da acção colectiva forçou uma alteração do referencial de análise dos comportamentos colectivos por parte de alguns autores (Tilly, 1978) que, atendendo ao conteúdo das suas teorias afastaram, de forma categórica, o teor de irracionalidade que outrora caracterizara as multidões. Tilly (1978) defende que, historicamente, a reconstrução do conceito de Estado potenciou o surgimento de novas formas de acção política, nomeadamente o advento dos movimentos socias. A Teoria da Mobilização de Recursos defende precisamente a racionalidade dos indivíduos que tomam parte num determinado movimento social (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978), uma vez que, os indivíduos tendem a actuar numa lógica de eficiência, procurando atingir os seus objectivos através de parcerias e/ou ligações com grupos como os partidos políticos, as autoridades ou até mesmo com os *media* (McCarthy & Zald, 1977). Além disso, a mobilização de recursos actua estrategicamente, procurando a angariação de instalações, mão-de-obra e financiamento que facilitem a obtenção das suas pretensões, ao mesmo tempo que recorrem à mobilização de apoiantes e à "neutralização e/ou transformação de massas e de elites em seus apoiantes" (McCarthy & Zald, 1977, p. 1217).

Tilly (1978), à semelhança do defendido por McCarthy e Zald (1977), afirma que a acção colectiva segue uma lógica de racionalidade, sendo definida por factores de interesse, organização, mobilização e oportunidade. Assim, a acção vive sempre numa lógica dicotómica, onde a operacionalização dos interesses é delineada pela oportunidade de concretização, bem como por uma mobilização sapiente dos recursos que os possam garantir (Olson, 1965; Tilly, 1978). Assim, a mobilização de recursos concorre directa ou indirectamente para a concretização dos interesses, seja através da eliminação das ameaças, seja através da facilitação de determinadas actividades. Melucci (1996, p. 295) defende que a mobilização de recursos "é um rácio entre riscos e vantagens". Por esse motivo, Melucci (1996) realça a importância da liderança inerente aos movimentos sociais, cabendo aos líderes a obtenção de estratégias de risco reduzido e de ganhos substanciais. No entanto, o

recrutamento de indivíduos para um determinado movimento social deve ser analisado de forma ponderada, uma vez que, quando feito de forma massificada pode conduzir à descaracterização e consequente desaparecimento do movimento social (Melucci, 1996). Não obstante, e contrariamente às teses clássicas do comportamento colectivo, a acção colectiva é eminentemente volátil, não sendo passível de padronização (Tilly, 1978), muito menos num mundo que vive paradoxalmente as tensões de globalização e fragmentação.

Intimamente ligada à mobilização dos recursos surge a Teoria das Oportunidades Políticas (Eisinger, 1972; McAdam, McCarthy, & Zald, 1996; Tilly, 1978). "Para um observador do mundo contemporâneo pode parecer óbvio que os movimentos sociais e revolucionários são, em primeiro lugar, um fenómeno político" (Marks & McAdam, 1996, p. 249), no entanto, a sua perpetuação e instrumentalização dependem da realidade social e política na qual se inserem. Assim, a acção colectiva dos movimentos sociais vê-se constrangida pelos pólos de restrição e oportunidade que o paradigma político oferece (McAdam et al., 1996). No entanto, importa salientar que o ambiente político é um conceito claramente genérico, tal como sugere Eisinger (1972, p. 2), dependendo da "natureza do chefe de estado, o tipo de eleições, a distribuição de competências e de *status*, o grau de desintegração social, quer individual quer colectivo, que obstruem ou facilitam a actividade dos cidadãos no alcance dos seus objectivos políticos".

Nesta senda, tanto a realidade política americana (Eisinger, 1972; Tilly, 1978) como a europeia (Marks & McAdam, 1996) demonstram que a sua estrutura de oportunidades é flexível ao surgimento de "assaltos políticos" (Eisinger, 1972, p. 41). Ao mesmo tempo, a decadência cada vez maior do conceito de Estado-nação promove formas de governação múltiplas e a diversos níveis, sendo a União Europeia um bom exemplo deste paradigma. Desta forma, um novo rol de constrangimentos e oportunidades emergem num palco em que determinados grupos pretendem influenciar a acção política (Marks & McAdam, 1996). No entanto, a teoria das oportunidades políticas foi objecto de crítica, uma vez que restringiu a acção dos movimentos sociais, unicamente, às oportunidades concedidas pelos actores políticos, evidenciando uma descrença na capacidade de acção dos primeiros, nomeadamente no que concerne à sua afirmação, desenvolvimento e mobilização de recursos. Além disso, demonstra alguma desconsideração pelo panorama social onde se desenvolve a acção colectiva.

É nesta fase, e tendo em conta o reducionismo ostentado pela teoria das oportunidades políticas, que se demonstra pertinente perscrutar a Teoria do

Enquadramento Cultural. Nesta senda, della Porta e Diani (2006) defendem que a acção colectiva é dotada de uma dimensão simbólica, onde os grupos impulsionadores da acção colectiva actuam em consonância com o paradigma cultural, social e político da realidade que pretendem alterar. Assim, o processo de enquadramento cultural visa "alcançar uma definição comum de um problema social e uma prescrição comum para solucioná-lo" (Goodwin et al., 2001, p. 6), alcançando dessa forma uma identidade colectiva (Melucci, 1996). Esta teoria pode ser definida como um esforço de construção de uma identidade comum, a identidade colectiva, relativamente a determinado problema social, onde a adesão e a coesão do grupo se demonstram fundamentais para a perpetuação e mobilização do movimento social. No entanto, o alcance de uma identidade colectiva não se afigura fácil. Segundo Melucci (1996, p. 70), a identidade colectiva é uma "definição interactiva, partilhada e produzida por um grupo de indivíduos (ou por grupos num nível de complexidade superior) preocupados com as orientações da acção e com o campo de oportunidades e constrangimentos em que cada acção toma lugar", acrescendo ainda a complexidade que caracteriza as sociedades contemporâneas, onde a incerteza e a mudança são uma constante. Consequentemente os valores caracterizadores da sociedade são múltiplos e dinâmicos (della Porta & Diani, 2006), sendo que a identidade colectiva visa alcançar um consenso que absorva a diversidade de valores, crenças e ideais das pessoas.

No seguimento destes trabalhos surgem os desenvolvidos por Reicher (1984, 1996) e Drury e Reicher (2000) que definem a participação dos elementos de uma multidão também em termos da identidade social que os define. Deste modo, as dinâmicas grupais são determinadas por condições estruturais e pela interacção com outros grupos que poderão forçar a alteração da identidade social que o caracteriza (Reicher, 1984, 1996). A análise encetada a eventos como '*the St Paul's riot*' (Potter & Reicher, 1987; Reicher, 1984), ou '*the Battle of Westminster*' (Reicher, 1996) veio sustentar o carácter dinâmico e, ao mesmo tempo, interpretativo das multidões em relação ao meio que as rodeia, na medida em que a interacção intergrupal conduz a um processo contínuo de construção e reconstrução da identidade social caracterizadora de determinado grupo. Num e noutro episódio, o aumento dos índices de hostilidade e violência, por parte da população e do grupo de estudantes respectivamente, só surgiu por força de má interpretação e consequente reacção a essa percepção por parte das autoridades policiais (Reicher, 1984, 1996). Assim, a identidade social tende a ser reconstruída em duas situações, quando houver uma assimetria entre a forma como o grupo se vê e a forma como é visto por um

grupo exterior, ou quando o grupo considerar ilegítima a acção de outro grupo para consigo (Drury & Reicher, 2000; Potter & Reicher, 1987; Reicher, 1984, 1996), o que nos leva a concluir que o carácter da acção colectiva depende, em grande medida, da interpretação que outros grupos fazem de determinado grupo. Em suma, a identidade social é o resultado do contexto social associado ao contexto relacional, sendo, portanto, um conceito prático, operacionalizado através de dinâmicas de aprovação ou repressão.

À medida que dissecamos as teorias contemporâneas do comportamento colectivo, cada vez mais nos consciencializamos de que a acção colectiva não é, de todo, irracional, da mesma forma que o homem, aquele que lhe dá forma, não é tampouco hostil ou irracional por natureza. Nesta senda, McPhail e Wohlstein (1983) sugerem que o comportamento colectivo, mas também o individual, pode assumir diversas formas e conteúdos. No entanto, e contrariando os autores clássicos, McPhail e Wohlstein (1983, p. 580) defendem que o que existe é uma "ilusão de unanimidade", sendo que os elementos de uma multidão tendem a aglomerar-se em pequenos grupos de amigos ou até mesmo de familiares. Do mesmo modo, a violência é uma excepção em eventos nos quais figuram multidões, além de que a mesma não pode ser prevista somente pelo perfil dos indivíduos que tomam parte da multidão (McPhail & Wohlstein, 1983).

Conforme notámos, à luz das teses clássicas, o indivíduo quando diluído na multidão tenderia a comportar-se de forma anti-social, isto é, o anonimato e a perda de consciência potenciariam o perpetrar de condutas hostis (Le Bon, 1986). No entanto, a premência de uma revisão sistemática a esta teoria da desindividualização, potenciou um estudo por parte de Postmes e Spears (1998) que almejava aferir a sua validade. Neste sentido, a validade da teoria da desindividualização quando conjugada com factores como o anonimato, a dimensão do grupo e a autoconsciência é posta em causa, demonstrando-se inconclusiva (Postmes & Spears, 1998). Ainda que o estudo tenha demonstrado que os indivíduos, tendencionalmente, se comportem de acordo com as normas do grupo, também se verificaram situações nas quais os indivíduos se comportaram de forma anti-social, nomeadamente em situações em que a consciência colectiva foi reduzida (Postmes & Spears, 1998). Assim, concluímos que o indivíduo tende a comportar-se de acordo com as normas do grupo e da sociedade na qual se insere e interage, actuando, pois, numa lógica de conformidade com o meio que o rodeia.

Lembramos ainda Schweingruber e Wohlstein (2005) que analisaram alguns dos mitos associados às multidões, refutando o carácter de irracionalidade, sugestionabilidade,

unanimidade, destruição e anonimato associado a estas. Por exemplo, as multidões tendem a demonstrar dinâmicas altruístas em situações de perigo, nomeadamente em cenários de evacuação, sendo que, aquando dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América e da respectiva evacuação do World Trade Center, foi possível verificar este tipo de dinâmicas entre as pessoas (Tierney, 2002).

Em jeito de reflexão final sobre as teorias contemporâneas das multidões e dos movimentos sociais, apraz-nos referir que a acção colectiva demonstra-se dinâmica, volátil e diversificada, ao passo que o meio no qual esta se desenvolve condiciona, em grande medida, a sua acção. As alterações sociais operadas após o final da Segunda Guerra Mundial e após os eventos do Maio de 68 potenciaram novas formas de acção, motivadas por ajustamentos concernentes a novos moldes de participação política, bem como ao surgimento de novos valores identitários e culturais. Desde então, os movimentos sociais e outras formas de acção colectiva têm vindo a demonstrar um carácter múltiplo e dinâmico, na medida em que, a sua acção é condicionada pelo jogo de forças entre constrangimentos e oportunidades. Além desta dicotomia, lembramos ainda a importância da identidade social que caracteriza determinada grupo, uma vez que, uma má interpretação desta poderá conduzir ao espoletar de conflitos.

1.3. Acção colectiva em contexto desportivo: o caso do futebol

Conforme constataremos, as subculturas de adeptos de futebol, à semelhança de outros grupos e movimentos sociais, vêem a sua acção limitada por diversos constrangimentos, sejam eles políticos, culturais ou sociais. Aliás, é precisamente este triângulo conjectural que, *a priori*, fundamenta o surgimento das diversas subculturas de adeptos, as quais, de forma idiossincrática, ostentarão determinados traços identitários (Podaliri & Balestri, 1998; Spaaij & Viñas, 2013). Paralelamente, do mesmo modo que os movimentos sociais são portadores de crenças comuns (McCarthy & Zald, 1977), também os adeptos do fenómeno desportivo, e em particular do futebol, possuem algo que os une e que os torna tão peculiares na sua acção (Morris, 1981; Thompson, 2004).

O espectáculo do futebol é, segundo Morris (1981), equitativamente dividido entre jogadores e adeptos, sendo que a modalidade colapsaria se estes últimos desaparecessem. O colapso não se fundamentaria unicamente nas razões financeiras mas, principalmente, na perda do espírito que estes incutem à modalidade e que balança, paradoxalmente, entre a angústia e a felicidade (Morris, 1981; Porat, 2010). O sentimento é indissociável da acção, como tal os adeptos do futebol materializam a sua devoção através de um conjunto de

diversificados repertórios como densas colunas de figuras em movimento, camisolas coloridas, faixas, bandeiras, pirotecnia, mobilizações coordenadas em direcção ao estádio, cânticos, através dos quais exaltam os clubes e os seus símbolos, tambores, buzinas, palmas (Morris, 1981; Podaliri & Balestri, 1998; Testa, 2009). Concomitantemente, os adeptos de futebol não apresentam um perfil definido, podendo pertencer a qualquer faixa etária (dal Lago & de Biasi, 1994; Porat, 2010; Stott & Reicher, 1998a), encontrando nesta modalidade desportiva uma fonte ímpar de excitação. Segundo Morris (1981), o futebol permite que as pessoas se libertem da monotonia do quotidiano e experimentem níveis de excitação altamente aprazíveis que de outra forma não poderiam alcançar.

A edificação identitária dos adeptos de futebol é igualmente operacionalizada em função de um conjunto de circunstancialismos que, a par da devoção à modalidade em geral e ao clube em particular, permitem observar diferentes formas de estar no futebol. Ainda assim, Porat (2010) afirma que é a devoção à modalidade que permite a construção de uma identidade, a qual é construída em função da experiência social. Ora, a identidade que caracteriza o adepto de futebol é influenciada por três factores: a experiência afectivo-emocional; a experiência cognitiva; e, a experiência simbólica (Porat, 2010). Desta forma, o adepto de futebol, enquanto apoiante do seu clube e na procura da excitação (Elias & Dunning, 1986), experiencia, dicotomicamente, os sentimentos de angústia e de felicidade que essa devoção ao clube implica. Paralelamente, a devoção ao clube não se demonstra irracional, sendo que a experiência cognitiva permite que os adeptos avaliem os custos e os benefícios (Olson, 1965) desse sentimento de devoção (Porat, 2010). Como tal, os adeptos ponderam, entre outras questões, se devem assistir ao jogo no estádio ou na televisão, em função de factores económicos ou da própria prestação da equipa. Acresce ainda o factor sociocultural, na medida em que o contexto regional poderá influir na devoção ao clube. Ainda que a título meramente exemplificativo aludimos ao Futbol Club Barcelona cuja devoção é, sobremaneira, elucidativa da identidade catalã (Porat, 2010).

A partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 assistimos ao surgimento de subculturas adeptas ligadas ao futebol, cujo surgimento se debate, não só, com a reestruturação da modalidade mas também com factores de ordem social, política e cultural (Dunning, 1994, 1999; Dunning, Murphy, & Williams, 1992; Giulianotti, 1994; Podaliri & Balestri, 1998). Concomitantemente, as subculturas adeptas inspiraram-se em formas de acção outrora orquestradas em actos de subversão política (Podaliri & Balestri, 1998). Assim, e não olvidando a devoção clubística, verificamos a existência de formas de acção

colectiva altamente diversificadas. Os grupos de adeptos, enquanto prossecutores de determinados objectivos, organizam-se e procuram obter os recursos (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978) que lhes permitam atingir as metas a que se propõem. Neste sentido, encontramos grupos de adeptos que recebem o reconhecimento e o apoio das direcções dos clubes, que lhes garante apoio não só financeiro mas também de recursos, nomeadamente bilhetes (dal lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998). Paralelamente, os grupos organizados de adeptos demonstram níveis de organização consideráveis, sendo dotados de secções responsáveis pela sua organização e gestão no que diz respeito à venda dos bilhetes, à organização de viagens e à venda de *merchandising* (dal lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998), garantindo, desta forma, uma fonte de financiamento.

Mas antes de dissecarmos, pormenorizadamente, as subculturas de adeptos que mais se destacaram na Europa a partir da segunda metade do século XX, contextualizaremos o surgimento, a prática e o significado inerente ao futebol.

2. Futebol: Surgimento, evolução e subculturas

2.1. Transição do popular para o profissional

Bill Shankly, famoso treinador escocês e figura incontornável do Liverpool Football Club, certo dia fez uso das seguintes palavras: "algumas pessoas acreditam que o futebol é uma questão de vida ou morte, eu fico desapontado com essa atitude. Eu posso garantir que é muito, muito mais importante do que isso" (*Daily Mail*, 1 de Dezembro de 2009). Ainda hoje não conseguimos perceber o verdadeiro alcance destas palavras. O futebol de hoje já não é o futebol do final do século vinte, nem tampouco o futebol dos anos cinquenta e sessenta. O futebol vai sendo reinventado e adaptado paulatinamente, a cada dia, fruto de tensões de diversas índoles, sejam elas económicas, sociais, culturais ou, até mesmo, políticas. Mas antes de dissecarmos os efeitos de cada uma destas variáveis, importa aludir aos primórdios desta modalidade desportiva.

O vocábulo futebol remonta, no mínimo, a 1314 (Carnibella et al., 1996; Elias & Dunning, 1992), quando era utilizado como referência a um "jogo popular, deficitariamente organizado, no qual era permitido a utilização das mãos e dos pés" (Dunning & Curry, 2004, p. 31). No entanto, o futebol foi sendo sujeito a diversas alterações, fruto do processo civilizacional, como nos explica Elias (1939), assistindo-se a uma transição notória dos passatempos a desportos, a denominada desportivização, em escalas próximas do global, um pouco por toda a europa (Elias, 1986). O desporto,

enquanto espaço social, têm ganho especial significado, particularmente nas sociedades ocidentais mais industrializadas, onde as "formas de estar e participar neste espaço" (Marivoet, 1997, p. 101) demonstram-se diversificadas.

Durante vários anos, mais concretamente entre 1314 e 1667, a prática do futebol foi sendo intermitentemente proibida na Grã-Bretanha (Carnibella et al., 1996; Elias & Dunning, 1992), fruto dos "tumultos que a sua prática suscitava" (Dunning & Curry, 2004, p. 32). A preocupação das autoridades em suprimir este passatempo era evidente, sendo a prática do futebol considerada uma perda de tempo, mas também uma questão de ordem pública e de defesa nacional (Dunning & Curry, 2004). Também em outros países como a França, a Itália, a Escócia e a China, a prática do futebol suscitou a preocupação das autoridades locais que por diversas ocasiões proibiram a sua prática (Giulianotti, 1999). No entanto, importa referir que a violência entre espectadores não é um exclusivo do futebol, assumindo-se como um fenómeno transversal a várias realidades desportivas (Canter, Comber, & Uzzell, 1989; Murphy, Williams, & Dunning, 1990).

Elias e Dunning (1992) criticaram a incapacidade dos Estados na gestão do futebol, enquanto passatempo popular. Segundo estes autores, os Estados e os seus respectivos normativos legais mostraram-se incapazes em "permitir a orientação das necessidades individuais por uma via que seja (…) tolerável sob a perspectiva social e satisfatória sob o ponto de vista individual" (Elias & Dunning, 1992, p. 259). Por outro lado, segundo Elias e Dunning (1992), a violência que preocupava os Estados não era, de todo, absoluta ou totalmente desmedida, sendo que o jogo era regulado por princípios de conduta entre os vários jogadores. A perpetuação do futebol dependia então de um equilíbrio entre o controlo da violência e a preservação de níveis de confronto aceitáveis, de forma que a sua prática não perdesse interesse (Elias & Dunning, 1992).

A realidade do desporto não é estanque (Dunning, 1992, 1999), e o futebol acompanha essa tendência (Brown, 1998), assistindo-se à "erosão das atitudes, valores e estruturas *amadoras* e a sua substituição por atitudes, valores e estruturas *profissionais*" (Dunning, 1992, p. 299). A par deste fenómeno, constata-se que as estruturas que surgiram para regular o desporto são dotadas de grande poder económico (Sugden, Tomlinson, & Darby, 1998). O desporto tem-se alterado a uma escala mundial, de tal modo, que se no passado foi conotado como uma instituição marginal, hoje é dotado de um significado, por vezes até, religioso (Dunning, 1992; Sugden et al., 1998), constituindo-se uma das fontes de identificação, significado e gratificação mais evidentes da actualidade. Além disso o

crescimento, consolidação e expansão de eventos, como o Campeonato do Mundo e o Campeonato da Europa de Futebol, tem sido notável (Tomlinson & Young, 2006). Se a FIFA contava com sete membros fundadores em 1904, hoje é formada por mais de duzentas associações nacionais (Tomlinson & Young, 2006). Esta mudança de paradigma proporcionou um grito de revolta em Galeano (1995, p. 6) que considerou a "história do futebol como uma triste viajem do prazer ao dever", sendo que a modalidade demonstra-se movida por ímpetos, cada vez mais, tecnocráticos e economicistas.

Paradoxalmente, esta modalidade desportiva demonstra inúmeras potencialidades, tanto sociais como culturais. O futebol potencia a expressão de identidades nacionais e regionais (Coelho, 1998; Dunning, 1992), uma vez que envolve um conjunto de comportamentos e actividades que estão profundamente ligadas às emoções e sentimentos (Coelho, 1998). Do mesmo modo, esta modalidade tem a capacidade de unificar realidades aparentemente incompatíveis, nomeadamente na união de Estados marcados pela diversidade étnica ou nacional, sendo a Bélgica e a Espanha bons exemplos dessa realidade (Coelho, 1998). Mas o inverso também acontece, constatando-se que o futebol potencia, igualmente, a afirmação de determinadas identidades e ideologias que provocam a segregação nacional (Podaliri & Balestri, 1998; Spaaij & Viñas, 2005).

O futebol surge como um veículo de satisfação e prazer não só para os que o praticam, os jogadores, mas também para quem acompanha, assiste e apoia, os adeptos (Dunning, 1992; Morris, 1981). Em sentido contrário, o desporto em geral e o futebol em particular tornam-se, esporadicamente, verdadeiros palcos de violência, nos mais variados moldes, tais como confrontos, não só com adeptos mas também com a polícia, invasões de campo, lançamento de objectos, ofensas verbais, piadas sexuais e vandalismo (Canter et al., 1989; Robson, 2000; Spaaij, 2007).

A violência associada aos adeptos do futebol não é recente, sendo a mesma constatada tanto no interior como no exterior dos estádios (Dunning et al., 1992). No panorama europeu, o episódio mais trágico de violência associada ao futebol, remonta a 29 de Maio de 1985, aquando da final da Liga dos Campeões, disputada no Heysel Park em Bruxelas, entre as formações da Juventus, de Itália, e o Liverpool, de Inglaterra. Os confrontos entre adeptos ingleses e italianos resultaram num total de 39 mortes (Dunning, 1999; Gow & Rookwood, 2008). Este episódio fez crescer a ideia de que o hooliganismo seria uma maleita britânica, sendo por isso contado como *English Disease* (Dunning, 2000). Para além deste episódio ocorrido na Bélgica, outros países registaram mortes

resultantes de confrontos entre adeptos, nomeadamente Inglaterra, Holanda, Itália e Turquia (Giulianotti, 1999; Podaliri & Balestri, 1998). No entanto, tais actos não podem ser olhados isoladamente, tornando-se premente perceber os contextos em que ocorrem, bem como as motivações que estiveram na sua origem.

2.2. Hooliganismo

2.2.1. *The English Disease* (A Doença Inglesa)

O termo *hooligan* não surge no contexto futebolístico, remontando aos finais do século XIX, quando era utilizado para identificar um gangue inglês que se caracterizava pela violência das suas intervenções (Podaliri & Balestri, 1998). O hooliganismo, enquanto fenómeno desportivo, só emergiu na Inglaterra nos anos sessenta do século passado (Carnibella et al., 1996; Dunning, 1992; Giulianotti, 1994; Leeson, Smith, & Snow, 2012; Spaaij, 2006, 2007). No entanto, este fenómeno carece de uma definição precisa, demonstrando-se heterogéneo tanto nas formas de expressão como no seu conteúdo (Dunning et al., 1992; Murphy et al., 1990; Spaaij, 2006, 2007). Os actos de violência no futebol até ao início da Primeira Guerra Mundial eram, principalmente, dirigidos aos árbitros e aos jogadores das equipas adversárias (Dunning, 1994; Murphy et al., 1990), sendo os mesmos caracterizados pela espontaneidade e pela desorganização dos seus intervenientes (Holt, 1989). No entanto, a partir dos anos cinquenta e com maior frequência e dimensão a partir dos anos sessenta é que se começam a verificar confrontos regulares entre jovens adeptos de futebol (Giulianotti, 1999; Spaaij, 2006).

No entanto, e como já foi anteriormente referido, o hooliganismo surge na Inglaterra (Carnibella et al., 1996; Dunning, 1992; Giulianotti, 1994; Leeson et al., 2012; Redhead, 2009; Spaaij, 2006, 2007), desenvolvendo-se diversas abordagens sociológicas ao fenómeno (Dunning, 1994; Dunning, Malcolm, & Waddington, 2004; Giulianotti, 1994; Murphy et al., 1990 Redhead, 1997, 2009). Os primeiros contributos explicativos sobre fenómeno *hooligan* surgiram por parte de Ian Taylor e de John Clarke (in Dunning et al., 1992). Holt (1989) e Taylor (in Spaaij, 2006) defendem que o surgimento do hooliganismo está relacionado com a comercialização, internacionalização e profissionalização do futebol, o que contribuiu para o seu aburguesamento. Deste modo consta-se o rompimento da ligação existente entre o futebol e a classe operária masculina, sendo o hooliganismo um movimento de resistência à mudança de paradigma da modalidade (Spaaij, 2006). Clarke (in Dunning et al., 1992) assume um posicionamento semelhante, considerando,

além da mudança de paradigma da modalidade, o facto de muitos jovens adeptos assistirem aos jogos de futebol afastados da vigilância dos seus familiares.

Por outro lado, surge a abordagem figuracional, desenvolvida pela Escola de Leicester, na pessoa de Eric Dunning e seus colaboradores, que propõem uma explicação distinta do fenómeno do hooliganismo, sendo esta parcialmente assente na obra de Elias (1939), *O processo civilizador* (Dunning, 1994, 1999; Dunning et al., 1992). Segundo Elias (1939), civilizado seria o adjectivo utilizado para descrever o indivíduo do ponto de vista social, isto é, na forma e conteúdo das suas atitudes e modos. Neste sentido, o homem civilizado seria aquele capaz de acompanhar a evolução conceptual da sociedade, comportando-se à luz de novas exigências gregárias (Elias, 1939). Até ao início da Primeira Guerra Mundial, o processo civilizador demonstrou não ser pleno para as classes mais baixas da sociedade (Dunning, 1994). Neste sentido, o fenómeno *hooligan* é explicado pela não plenitude do processo civilizador, fruto de factores como as grandes desigualdades sociais entre as classes mais desfavorecidas e as restantes (Dunning, 1994).

Para além dos factores analisados anteriormente surgem outros que também explicam os fenómenos de violência entre jovens adeptos ingleses, nomeadamente o surgimento de um mercado de lazer destinado aos jovens e ainda a possibilidade destes últimos acompanharem as suas equipas em jogos fora do seu estádio (Dunning, 1999; Dunning et al., 1992). O Campeonato do Mundo de Futebol realizado em 1966 na Inglaterra potenciou o surgimento de novas subculturas de adeptos, nomeadamente os *skinheads* (cabeças rapadas) (Dunning et al., 1992). Mas esta subcultura não foi a única a alimentar o mediatismo associado ao hooliganismo. Um novo conjunto de subculturas de adeptos surgiu, nomeadamente os *teddy boys*, os *mods*, os *bovver boys* e os *rockers*, que apesar de terem origem em movimentos de protesto, a sua presença nas bancadas ajudou a alimentar o estereótipo do *hooligan* (Frosdick & Marsh, 2005). Paralelamente, o sensacionalismo dos *media* associado ao advento da imprensa tablóide contribuiu para a propagação de um estado de pânico generalizado (Dunning, 1999). Dunning (1994, p. 144) lembra que "todas as sociedades patriarcais, independentemente da classe social, pressupõem o confronto em determinadas circunstâncias", não sendo a violência e o confronto exclusivo das classes mais desfavorecidas, constatando-se no seio destas indivíduos e famílias respeitáveis. Em sentido oposto, surgem também indivíduos de classe média e alta com tendências *hooligan*, fruto de estruturas familiares deficitárias ou do contacto com o fenómeno no passado. Assim, o hooliganismo, à luz da abordagem

figuracional, não seria um exclusivo das classes mais desfavorecidas, apesar de serem os jovens do sexo masculino das classes trabalhadoras os intervenientes mais comuns desta prática (Dunning et al., 1992). A Escola de Leicester considera a masculinidade e a agressividade a ela inerente, um factor inalienável da subcultura *hooligan*, sendo que o sensacionalismo jornalístico tenha funcionado como um catalisador (Dunning, 1999).

Giulianotti (1994, 1999), por seu turno, apresenta uma explicação distinta para o fenómeno do hooliganismo. A sua abordagem pós-modernista avança uma explicação assente em factores culturais e históricos, demarcando-se de factores familiares (Giulianotti, 1999). Neste sentido, seriam valores identitários de índole cultural e histórica, os factores catalisadores das rivalidades entre os clubes. Do mesmo modo, a par dos "antagonismos nacionais" (Giulianotti, 1999, p. 13), ao nível internacional também se constatam rivalidades, nomeadamente a existente entre a Inglaterra e a Escócia. No entanto, segundo Giulianotti (1999) existem dois outros factores, tanto ou mais preponderantes, na disseminação do hooliganismo. Um dos factores apontados são os *mass media* que, tendencionalmente, amplificam e exageram os actos de violência entre adeptos, promovendo um estado de pânico generalizado bem como padrões de intolerância por parte das autoridades para com os adeptos (Giulianotti & Armstrong, 1998). Decorrente da intervenção dos *media* surge o factor político. O governo inglês, impelido pela mediatização do fenómeno e pelos acontecimentos no Heysel Park, operou uma série de medidas com vista à irradicação do fenómeno no território britânico, sendo que as mesmas não se demonstraram plenamente eficazes (Giulianotti & Armstrong, 1998). Novas subculturas de adeptos surgiram, e outros actos de violência tiveram lugar tanto em Inglaterra como noutras realidades europeias (Giulianotti & Armstrong, 1998).

2.2.2. Subcultura *casual*

O hooliganismo, associado a determinados contextos sociais e culturais, proporcionou o surgimento de novas subculturas de adeptos (Redhead, 2008). A subcultura *casual* surgiu na época desportiva 1977-1978, no norte da Inglaterra, em Merseyside (Redhead, 2004, 2012), assumindo-se como uma subcultura adepta intimamente associada à cultura da música (Reynolds, 1998) e da moda (Redhead, 1990). No decorrer dos anos oitenta e noventa assistiu-se à disseminação do *fashionable style* por várias realidades europeias sendo que, actualmente, se assume ao nível internacional (Redhead, 2004).

A subcultura *casual* arroga-se como um estilo de participação no futebol distinto do conhecido até então, rejeitando a ostensão das insígnias do clube e prezando pela discrição

nas deslocações para os estádios (Spaaij, 2006). Esta subcultura assume-se como um autêntico estilo de vida (Redhead, 2004; Spaaij, 2006), estando associada à utilização de eminentes marcas de roupa, tais como *Armani*, *Stone Island*, *Burberrys*, *Ralph Lauren*, *Lacoste*, *Fila*, *Sergio Tacchini* (Marivoet, 2009; Redhead, 2012; Spaaij, 2006), e de calçado, onde a *Adidas* é uma opção indiscutível (Redhead, 1990). Assim, Spaaij (2006) sugere que o surgimento desta subcultura prende-se com uma estratégia do adepto *hooligan*, em passar despercebido às autoridades, enquanto Williams (1991) argumenta que este estilo surge, primeiramente, como uma necessidade consumista e de ostentação numa época caracterizada por dificuldades económicas em Inglaterra.

Conforme nos sugere Redhead (2012), ocasionalmente, os elementos da subcultura *casual* envolvem-se em actos de vandalismo e em confrontos físicos violentos com grupos análogos, fruto do feroz sentido de territorialidade e da obsessiva devoção ao clube. Concluímos, desta forma, que os fenómenos de violência associados ao futebol apresentam diversas tipologias, são motivados por múltiplas razões, e estão sujeitos, incontornavelmente, aos contextos sociais, culturais e políticos em que se manifestam. A subcultura *casual* encontra-se, ainda, pouco estudada, sendo, no entanto, inegável a preponderância do meio no desenvolvimento da mesma.

2.2.3. Polissemia do conceito Hooliganismo

Apesar das diferentes abordagens sociológicas ao hooliganismo, há um consenso quanto ao perfil do *hooligan*, sendo este caracterizado como um indivíduo do género masculino, caucasiano e jovem trabalhador da classe operária (Frosdick & Marsh, 2005). Importa referir também que o hooliganismo não é unicamente caracterizado por confrontos físicos entre adeptos desta subcultura. O conceito é mais amplo, consubstanciando não só formas de violência desencadeadas por *hooligans*, como formas de violência perpetradas por estes contra adeptos pacíficos ou contra a polícia, transformando o hooliganismo numa fonte de excitação, prazer e significado (Spaaij, 2007). Segundo Spaaij (2006) os actos de vandalismo, racismo e xenofobia, além dos já mencionados, fazem também parte do fenómeno *hooligan*. O hooliganismo, além de um conceito científico, é também um produto da comunicação social e do discurso político, podendo ser utilizado erradamente para definir diferentes formas de violência perpetradas por adeptos, as quais causam alarme social, podendo funcionar como catalisador de violência (Giulianotti & Armstrong, 1998).

Além do mais, importa referir que a associação do hooliganismo à *English Disease* (Doença Inglesa) é, no mínimo, injusta e inconsequente (Dunning, 1999). Já antes do episódio de Heysel Park, ocorreram outros ainda mais fatídicos, tanto na Europa, em países como a Turquia e a antiga União Soviética, como na América do Sul, em estádios do Perú, Argentina e Colômbia, sendo os mesmos originados por adeptos não ingleses (Dunning, 1999). A violência associada ao futebol perpetrada por adeptos não é uma exclusividade britânica. Neste sentido, o hooliganismo pode ser entendido como um fenómeno transnacional, demarcando-se da ideia que o mesmo é uma patologia exclusivamente inglesa, uma vez que este tipo de comportamentos é observável nas várias realidades europeias (Dunning, Murphy, & Waddington, 2002; Finn & Giulianotti, 1998).

Dunning et al. (2002) consideraram a multiplicidade do fenómeno, tanto na forma como nas causas que estiveram na sua origem, atestando que a Inglaterra, a Irlanda do Norte, a Escócia, a Espanha, a Itália e a Alemanha, proporcionaram contextos distintos no desenvolvimento do hooliganismo. Ainda que o fenómeno *hooligan* se demonstre transnacional, o mesmo revela um cariz idiossincrático nas diversas realidades europeias (Finn & Giulianotti, 1998; Frosdick & Marsh, 2005; Revilla, 2004). Isto significa que o surgimento desta subcultura, nos diferentes países europeus, tem na sua génese factores distintos e da mais variada natureza. No caso da Escócia e da Irlanda do Norte o fenómeno é explicado por factores de sectarismo religioso (Finn & Giulianotti, 1998), na Espanha são os subnacionalismos linguísticos e a emergência de subculturas de cariz político (Dunning et al., 2002; Revilla, 2004; Spaaij & Viñas, 2005), na Itália emergem as ideologias políticas, a segmentação económica e as rivalidades existentes entre o norte e o sul (dal Lago & de Biasi, 1994; Revilla, 2004; Testa, 2009) e na Alemanha surge a divisão, latente, entre o oeste e o este e as ideologias políticas de direita e de esquerda (Dunning et al., 2002). A par da diversidade de factores nos diversos palcos europeus, a literatura é concordante quanto à inspiração britânica do fenómeno de violência associada ao futebol nos palcos continentais (Revilla, 2004; Roversi & Balestri, 2000; Spaaij, 2006, 2007).

A compreensão profunda do hooliganismo, enquanto fenómeno transnacional, torna-se plena através da identificação de aspectos basilares da violência associada ao fenómeno ao nível regional (Frosdick & Marsh, 2005). As idiossincrasias históricas, culturais, sociais e económicas de cada realidade desempenham, impreterivelmente, um papel fundamental na definição dos fenómenos de violência associados aos adeptos de futebol (Dunning et al., 2002). A par dos circunstancialismos, a realidade internacional

apresenta pontos comuns, tais como o entusiasmo, a excitação aprazível, a construção de uma forte identidade masculina, a identificação territorial, a gestão individual e colectiva da reputação e o sentido de pertença (Spaaij, 2006).

2.3. Subcultura *ultra*

2.3.1. Contextualização histórica: A subcultura *ultra* em Itália

O termo *ultra* tem origem na língua francesa, *ultrá*, e está, primeiramente, ligado ao mundo da política, mais concretamente aos grupos extremistas, sendo utilizado para descrever os apoiantes dos reis franceses na primeira metade do século XIX, bem como os grupos de esquerda no pós-Maio de 1968 em França (Podaliri & Balestri, 1998; Testa, 2009). É precisamente neste contexto, altamente condicionado pelas realidades políticas, que nascem os grupos *ultra* em Itália, enquanto movimento de apoio aos clubes de futebol (Podaliri & Balestri, 1998).

Os grupos *ultra* surgem num ambiente complexo, sendo os jovens italianos os principais responsáveis pelo seu surgimento (dal Lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998). Estes, para além de se inspirarem nos protestos estudantis da década de sessenta, demonstraram também influências dos protestos levados a cabo pelos operários das fábricas nos anos de 1968 e 1969, em Itália (Podaliri & Balestri, 1998). Assim sendo, os jovens começaram a reunir-se nas ruas italianas, tornando-se estas palco de pulverização de ideais tanto de esquerda como de direita, sendo também frequentes os confrontos com a polícia (Testa, 2009). Associando este complexo ambiente social e político às influências da subcultura *hooligan*, proveniente de Inglaterra, bem como a irreverência e rebeldia típica dos jovens (Podaliri & Balestri, 1998), surgem os primeiros grupos *ultra* em Itália.

O final dos anos setenta e princípio dos anos oitenta fica marcado por um aumento da violência não só em Itália mas também um pouco por toda a Europa (Podaliri & Balestri, 1998). O contexto político italiano era instável, sendo frequentes os confrontos violentos entre os grupos de direita, de esquerda e a polícia. Simultaneamente, assiste-se à adopção do estilo *skinhead* (Podaliri & Balestri, 1998). A par desta crescente violência, consta-se, igualmente, uma especialização militar dos grupos *hooligan* e *ultra* (dal Lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998; Testa, 2009) e consequentes confrontos com a polícia e grupos rivais. O contexto político impeliu os grupos *ultra* a adoptarem novas nomenclaturas, alusivas à realidade da época, nomeadamente a opção por se denominarem *Brigades*, numa referência a grupos terroristas activos à data, conforme nos sugerem

Podaliri e Balestri (1998), sendo que as simbologias terroristas, de esquerda e de direita, como a estrela de cinco pontas e o machado de duas lâminas, foram igualmente adoptadas.

Tendo em conta que a natureza de muitos grupos de adeptos italianos está relacionada com factores que vão para além do significado futebolístico, alguns autores defendem a existência de duas realidades distintas de adeptos: o adepto *hardcore*, fiel e devoto ao seu clube, denominado *ultra*; e, o adepto *UltraS* que remete a rivalidade clubística para segundo plano, atribuindo primazia às ideologias políticas, à coesão e sobrevivência do grupo, bem como à luta contra a polícia, os *media* e as instituições do futebol (Testa, 2009, 2010; Testa & Armstrong, 2013). Assim, enquanto os primeiros são caracterizados por atitudes eminentemente exacerbadas de apoio ao seu clube, os segundos, não abdicando de valores de masculinidade, territorialidade e organização, caracterizam-se, principalmente, por ideologias de cariz político (Testa, 2009; Testa & Armstrong, 2013). Os anos oitenta e noventa do século passado assistem a uma evidente propagação e aceitação de ideologias políticas de direita, mais concretamente neo fascistas, fruto da crise política e económica que a Itália atravessava (Testa & Armstrong, 2013).

Actualmente, a realidade das subculturas de adeptos italianos caracteriza-se pela ligação a ideais políticos bem como pela oposição assumida contra o Estado, as leis, a polícia e os *media*, remetendo a devoção ao clube para um plano secundário (Testa, 2009, 2010; Testa & Armstrong, 2013). Contrariamente às abordagens sociológicas referentes ao hooliganismo, os *UltraS* demonstram uma multiplicidade de *backgrounds* sociais, sendo difícil categorizá-los através desta condição (Testa & Armstrong, 2013). Ainda que do ponto de vista estético os adeptos italianos sejam uma referência, no que diz respeito à devoção ao futebol em geral e ao seu clube em particular, deixam algo a desejar. No entanto, a violência a que se assiste no futebol italiano não deve ser entendida apenas como uma condição sociocultural dos *ultras*, resultando, sobremaneira, do poder e legitimidade que lhe é concedido pelos diversos actores ligados ao futebol italiano, nomeadamente os clubes e a classe política (Scalia, 2009).

2.3.2. Características da subcultura *ultra*

Uma das imagens de marca dos grupos *ultra* é a sua organização enquanto colectividade (dal Lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998; Testa, 2009; Testa & Armstrong, 2013). A par da necessidade de apresentar determinados pré-requisitos para entrar num grupo desta natureza (Podaliri & Balestri, 1998), os *ultras* apresentam uma hierarquia bem definida (Bernache-Assollant, Bouchet, Auvergne, & Lacassagne, 2011;

Testa & Armstrong, 2013). Para além do(s) líder(es), os grupos *ultra* apresentam um *direttivo* (direcção) (dal Lago & de Biasi, 1994, Podaliri & Balestri, 1998), sendo estes membros responsáveis por organizar toda a actividade do grupo, nomeadamente "distribuição de bilhetes, organização de viagens, venda de material alusivo ao clube, gestão do dinheiro, conversação e negociação com responsáveis do clube e da polícia" (dal Lago & de Biasi, 1994, p. 80). O surgimento desta figura tem origem em influências políticas, designadamente de extrema-esquerda (Podaliri & Balestri, 1998). Para além do *direttivo*, são habituais reuniões semanais com os vários membros, onde são treinados cânticos e coreografias, sendo também distribuídos folhetos (Podaliri & Balestri, 1998).

"Se um membro de um clube de futebol é considerado um cidadão do mundo do futebol, um *ultra* tem de ser considerado um militante" (dal Lago & de Biasi, 1994, p. 77). Assim, diferenciando-se e demarcando-se dos restantes adeptos, os *ultras* procuram meios capazes de evidenciar e defender as suas ideologias, vivendo quase em exclusivo para o clube (Bernache-Assollant et al., 2011). Uma das imagens de marca dos grupos *ultra* é a sua organização de índole militar, utilizando tácticas desta índole quando em confrontos com a polícia (dal Lago & de Biasi, 1994; Testa, 2009; Testa & Armstrong, 2013). O local predilecto de evidenciação da subcultura *ultra* é o estádio, mais concretamente a *curva* (Doidge, 2010; Testa, 2009), isto é, a bancada do estádio na qual o grupo se manifesta. Importa referir que os *ultras* demonstram grande afecto pela *curva* que ocupam (Bernache-Assollant et al., 2011; Podaliri & Balestri, 1998), ao ponto de serem entoados cânticos alusivos à bancada por estes ocupada, como é exemplo o "fazemos do topo sul a nossa vida" dos *No Name Boys*, claque do Sport Lisboa e Benfica. Os *ultras* tendem a ocupar os topos do estádio, isto é, as bancadas localizadas por trás das balizas, constando-se frequentemente a dicotomia entre o norte e o sul, tanto explícita como implicitamente (Bernache-Assollant et al., 2011; Podaliri & Balestri, 1998; Spaaij & Viñas, 2005).

O estilo de apoio *ultra* aposta altamente na visibilidade (Bernache-Assollant et al., 2011; dal Lago & de Biasi, 1994; Spaaij & Viñas, 2005). As *tifos*, como são denominados repertórios como bandeiras, faixas, marchas, coreografias, petardos, potes de fumo, tambores, cânticos, são fundamentais no espectáculo proporcionado pelos grupos *ultra* (dal Lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998; Spaaij & Viñas, 2005). Além do apoio que estes elementos proporcionam à sua equipa, não raras vezes se assiste à utilização destes meios enquanto forma de provocação às equipas e adeptos adversários (Frosdick & Marsh, 2005; Podaliri & Balestri, 1998). Decorrente da variável visibilidade, o elemento

ultra surge com um estilo de roupa *sui generis*, ostentando não só as insígnias do clube, mas também as do seu grupo, constatando-se fortes ligações ao mundo da política, bem como grande comercialização dos produtos desta subcultura (Marivoet, 2009).

2.3.3. Subcultura *ultra* em Portugal

As claques organizadas de adeptos começam a surgir em Portugal na segunda metade da década de setenta, posteriormente à queda do regime ditatorial, sendo estas constituídas maioritariamente por jovens do género masculino (Marivoet, 2009; Seabra, 1995). Desde logo notamos que a mudança de regime político consubstanciou uma oportunidade para o desenvolvimento deste tipo de acção colectiva. A partir de 1976 alguns jovens adeptos dos maiores clubes portugueses começam a ocupar uma zona específica da bancada destinada aos sócios (Marivoet, 1992). Os pioneiros desta tradição em Portugal foram adeptos do Sporting Clube de Portugal que estudavam no Colégio São João de Brito em Lisboa e optaram por começar a assistir em conjunto aos jogos do clube. É precisamente em 1976 que surge a primeira claque organizada de adeptos, a Juventude Leonina, *Juve Leo*, adepta do Sporting Clube de Portugal (SCP) (Marivoet, 2009).

Apesar disso, é no início da década de oitenta que a realidade das claques organizadas em Portugal começa a demonstrar uma adesão mais evidente (Carnibella et al., 1996). No ano de 1982 surgem novas claques organizadas, nomeadamente os Diabos Vermelhos (Sport Lisboa e Benfica), os Dragões Azuis (Futebol Clube do Porto) e os Panteras Negras (Boavista Futebol Clube). A par do surgimento de novos grupos de apoio aos clubes portugueses, assiste-se à institucionalização dos mesmos e respectivo reconhecimento oficial por parte dos clubes que estes apoiam (Marivoet, 1992). O reconhecimento institucional das claques portuguesas implica, necessariamente, a existência de um líder, sendo que no caso português a escolha do mesmo é, geralmente, feita através de uma eleição democrática (Pilz & Wölki-Schumacher, 2010). No entanto, o reconhecimento oficial dos clubes proporcionou o envolvimento dos líderes das claques nas eleições do clube, tendo-se constatado conflitos no seio destas, motivando o aparecimento de mais do que uma claque num só clube (Marivoet, 1992). Os anos de 1984 a 1986 foram reconhecidos como os mais profícuos no surgimento de claques organizadas em Portugal. Além do surgimento de várias claques, como a Fúria Azul (Clube Futebol os Belenenses), a Torcida Verde (SCP), os Super Dragões (FCP), a Raça Benfiquista (SLB), a Juventude Bracarense (Sporting Clube de Braga), assiste-se à fusão de outras, como o VIII Exército com a Juventude Vitoriana (Vitória Futebol Clube) (Marivoet, 1992).

A subcultura *ultra* começa a afirmar-se em Portugal no início dos anos noventa, sendo que na viragem do milénio a grande maioria das claques portuguesas já se assume como tal (Giulianotti, 1994; Marivoet, 2009). Paralelamente, os grupos afectos à subcultura *ultra*, um pouco por toda a Europa, demonstram manter contactos internacionais com grupos congéneres, sendo que no caso português são conhecidos os contactos com grupos italianos, espanhóis, sérvios e croatas (Pilz & Wölki-Schumacher, 2010). Os *ultras* portugueses, caracterizados por valores identitários exacerbados, utilizam diversos elementos, tais como cachecóis, tarjas e cânticos como meio de demonstração desta subcultura (Marivoet, 2009; Seabra, 1998). Para além destes, é com frequência que se constata a utilização de petardos, tochas e potes de fumo nos estádios portugueses. A utilização destes artefactos acarreta o pagamento de elevadas multas por parte dos clubes, conforme prevê a Lei n.º 50/2013, de 24 de Julho. Os dirigentes dos clubes, preocupados com o impacto financeiro decorrente da utilização destes engenhos pirotécnicos, têm lançado apelos aos adeptos, sendo que o actual Presidente do Sporting Clube de Portugal, Bruno de Carvalho, apostou numa mensagem no *site* oficial do clube, motivando os adeptos a apoiar o clube não recorrendo a estes engenhos (*Jornal O Jogo*, 24 de Janeiro de 2014). Ainda assim, a 9 de Fevereiro de 2014, aquando da entrada dos adeptos do Sporting Clube de Portugal no Estádio da Luz, registou-se uma detenção por posse de engenhos pirotécnicos (*Jornal Record*, 9 de Fevereiro de 2014).

Relativamente aos cânticos, a realidade portuguesa evidencia uma tendência para a expressão de glorificação, entrega e afirmação ao clube (Marivoet, 2009). São frequentes referências como "Juntos vamos vencer, Tu és a nossa fé, Sempre até morrer (…) Cantaremos até morrer (…) Que sempre te amarei" (Marivoet, 2009, p. 7). Do mesmo modo também se verificam cânticos de provocação a clubes e claques rivais, nos quais a utilização da expressão *filhos da puta* é recorrente (Marivoet, 2009). Evidenciam-se, igualmente, cânticos de demarcação a outras cores clubísticas, sendo recorrente o cântico "e quem não salta é…" (Seabra, 1995), bem como a rivalidade latente entre o norte e o sul, sendo que o sul se refere aos clubes da capital Lisboa, nomeadamente Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal e o norte à cidade do Porto, designadamente o Futebol Clube do Porto (Dunning et al., 2002). Concomitantemente, também em Lisboa se assiste à enorme rivalidade entre Benfica e Sporting, sendo recorrente a utilização de uma linguagem agressiva e provocatória (Frosdick & Marsh, 2005).

Tendo em conta os episódios de violência no seio das claques juvenis, ocorridos não só no estrangeiro mas também em Portugal, as Direcções dos Clubes optaram por aumentar o controlo das mesmas. Esta opção potenciou a ruptura entre Direcção do Clube e claque, uma vez que esta não aceitava o controlo a que estava sendo sujeitas por parte do Clube (Marivoet, 1992). Actualmente, as claques devem estar registadas no Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), I.P., conforme prevê o art.º 14.º da Lei n.º 52/2013, de 25 de Julho. Para tal, devem as mesmas estar constituídas enquanto associações nos termos do associativismo jovem, conforme prevê a Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho. Somente através da verificação deste preceito legal é que se admite o reconhecimento oficial das claques, o qual prevê a atribuição de apoios do clube ao grupo organizado de adeptos. As claques do Benfica, Diabos Vermelhos e *No Name Boys*, não se encontram constituídas enquanto associação, ao contrário de claques do Sporting e Porto, como Juventude Leonina e Super Dragões, que são reconhecidas oficialmente.

O episódio mais fatídico de violência entre adeptos de futebol em Portugal remonta a Maio de 1996, no jogo a contar para a final da Taça. Um adepto dos *No Name Boys* lançou um *very light* na direcção de uma bancada afecta a adeptos do Sporting Clube de Portugal, que resultou na morte de um dos adeptos (Dunning et al., 2002; Marivoet, 2009). Segundo Spaaij (2006), os episódios de violência perpetrados por membros de claques portuguesas demonstram-se muito reduzidos quando comparados com outras realidades internacionais, nomeadamente em países como Itália, Grécia, Turquia, Sérvia, Bulgária ou em países da América do Sul, como Brasil ou Argentina, onde por diversas vezes se registaram mortes de adeptos. No entanto, actualmente não se pode afirmar que a violência esteja afastada dos estádios portugueses, bem como das zonas adjacentes. Não raras vezes se constatam confrontos entre adeptos e entre estes e a polícia, tanto no interior como no exterior dos estádios. Em alguns casos, a dimensão dos actos de violência obrigou à interrupção dos jogos que estavam a decorrer, sendo exemplo disso o confronto entre as equipas de juniores do Sporting Clube de Portugal e do Sport Lisboa e Benfica (*Diário de Notícias*, 27 de Junho de 2009), e mais recentemente, o jogo entre as equipas B do Sporting de Braga e do Vitória de Guimarães (*Jornal de Notícias*, 24 de Fevereiro de 2013). Paralelamente, algumas claques portugueses estão associadas a práticas ilícitas, nomeadamente ao tráfico de droga, tráfico e posse de armas proibidas, associações criminosas, dano com violência, roubo qualificado e ofensas à integridade física (*Diário de Notícias*, 17 de Novembro de 2008; *Jornal de Notícias*, 25 de Fevereiro de 2010).

3. Actuação policial

3.1. Mudança de paradigma

Germano Marques da Silva (2001, p. 20) refere que "a qualidade de qualquer sociedade é tributária da qualidade da sua polícia". Numa sociedade que se reinventa a cada instante, a polícia vê-se obrigada a acompanhar esse ritmo de constante mudança. Como tal, o sucesso do policiamento passa, forçosamente, pela compreensão da realidade na qual a instituição policial actua. Deste modo, para que a Polícia consiga ser bem-sucedida na gestão de uma multidão é premente conhecê-la, aferir as suas dinâmicas, linguagens e idiossincrasias, e, perceber o contexto em que as mesmas actuam (della Porta & Diani, 2006; della Porta, Peterson, & Reiter, 2006; della Porta & Reiter, 1998; Drury & Reicher, 2009; Gorringe, Stott, & Rosie, 2012; Reicher, 1984, 1996; Waddington, 2007). Não obstante, a Polícia deve actuar em conformidade com princípios de legalidade, ainda que, não raras vezes, a opção pelo respeito cego dos normativos legais possa gerar níveis de conflito ainda maiores (della Porta et al., 2006; Tsoukala, 2009).

Com o final da década de sessenta começou a surgir uma mudança de paradigma nos perfis de policiamento das realidades de protesto nas democracias ocidentais (dal Lago & de Biasi, 1994; della Porta & Diani, 2006; della Porta & Reiter, 1998). A partir das décadas de oitenta e noventa, o policiamento passa a ser caracterizado por um estilo de gestão assente, em grande medida, na negociação e no diálogo, em detrimento da opção reactiva, assente na dispersão dos indivíduos (McPhail, Schweingruber, & McCarthy, 1998). Decorrente desta mudança de paradigma, infere-se a existência de dois modelos distintos de policiamento em situações de manutenção de ordem pública, o modelo *escalated-force* (escalada de força) e o modelo *negotiated control* (negociado) (della Porta & Reiter, 1998; Gillham & Marx, 2000). O primeiro é caracterizado pela "reduzida consideração pelo direito de manifestação, escassa tolerância para com novas formas de protesto, diálogo reduzido com os elementos da multidão, utilização frequente de meios coercivos e utilização de métodos ilegais, tais como agentes provocadores" (della Porta & Diani, 2006, p. 198). O segundo modelo, em contraste ao primeiro, considera o "direito de manifestação, em moldes pacíficos, como prioritário, (…) tolerando algumas formas, aceitáveis de manifestações disruptivas, (…) mantendo um diálogo constante com os indivíduos da multidão, (…) sendo que os meios coercivos e as detenções são evitados quanto possível" (McPhail et al., 1998, pp. 51-54). Constata-se assim que a Polícia foi, paulatinamente, apostando num referencial eminentemente preventivo. Neste sentido,

assiste-se a um equilíbrio entre o respeito pelos direitos constitucionalmente consagrados, como o direito de manifestação, e princípios de diálogo e tolerância com as multidões, mantendo, deste modo, baixos níveis de conflito (Council of the European Union, 2010).

"A efectividade do policiamento de ordem pública e a sua capacidade de criar e manter relações positivas entre a polícia e a comunidade deve ser um objectivo central das estratégias policiais" (Gorringe et al., 2012). No entanto, a actividade policial na vertente de ordem pública, à semelhança de todas as outras vertentes de actuação, está condicionada por inúmeros factores. Por conseguinte, della Porta e Reiter (1998) defendem que o policiamento de ordem pública é resultado, cumulativo, do paradigma institucional, constitucional, legal, governamental e da opinião pública à data da intervenção policial.

Hoggett e Stott (2010b, p. 223) sugerem que "a visão clássica das multidões conduziu a polícia a desperdiçar oportunidades e a impedir o desenvolvimento de uma abordagem operacional mais efectiva, eficiente e menos reactiva na gestão das multidões durante os diversos eventos". Tendo em conta a volatilidade latente dos níveis de risco, inerentes a eventos nos quais figuram aglomerados de pessoas, bem como a ilusão de que uma multidão é um todo homogéneo (della Porta & Reiter, 1998; Reicher, 1984, 1996), torna-se fundamental actuar em conformidade com este facto. Desta forma, "se uma pessoa lança uma pedra, esse acto não pode ser entendido como um comportamento da multidão" (Reicher, 1984, p. 10), exigindo-se, por parte da Polícia, abordagens dirigidas e diferenciadas, sendo que intervenções indiferenciadas e inflexíveis tendem a aumentar os níveis de conflito (Hoggett & Stott 2010a; Stott, Adang, Livingstone, & Schreiber, 2007). No entanto, a aplicação de abordagens dirigidas não é simples, impondo a detenção de indivíduos específicos diluídos na multidão (Canter et al., 1989), bem como um correcto direccionamento dos meios coercivos. Por outro lado, o equipamento de ordem pública, nomeadamente a reduzida viseira, não favorece a percepção da multidão e do meio que rodeia os elementos policiais (Stott & Reicher, 1998b).

3.2. Factores críticos de sucesso da actuação policial

Ainda que o passado, não só cronológico mas também científico, legitimasse a repressão da multidão através de tácticas eminentemente lesivas e hostis (Reicher, 2001), actualmente, a Polícia posiciona-se num referencial de actuação diferente (Council of the European Union, 2010; Waddington, 2007). A verificação de princípios que garantam reduzidos níveis de conflito tais como a facilitação de condutas, a diferenciação na aplicação dos meios coercivos e a comunicação constante com o público demonstram-se

fundamentais. Do mesmo modo que a realidade das dinâmicas grupais tem vindo a alterar-se também as estratégias policiais devem acompanhar essa evolução, conforme nos sugere o manual da *Association of Chief Police Officers* (ACPO, 2010). Desta forma, a actuação policial deve ser cautelosa, pensada e coordenada ao pormenor, na medida em que uma errada percepção e, consequente, reacção a uma determinada realidade social pode colocar em causa a legitimidade de toda a instituição (Waddington, 2007).

Assim, os eventos nos quais figuram multidões são óptimos cenários de auscultação, não só, das dinâmicas sociais, mas também da actuação policial. Importa referir que uma multidão é, geralmente, constituída por uma maioria pacífica e uma minoria radical (Drury & Reicher, 2009). No entanto, muito do insucesso da intervenção policial nestes eventos, deve-se a um alargamento da percepção da perigosidade e de risco da minoria radical a toda a multidão, sendo esta percepcionada e, consequentemente, tratada como um todo hostil (Reicher, 1996; Stott & Reicher, 1998a). Neste sentido, os indivíduos que inicialmente eram caracterizados pela moderação, no conteúdo e na forma de expressão das suas identidades e motivações, tornam-se também radicais, associando-se a estes, comportando-se hostilmente com a polícia (Drury & Reicher, 2009; Reicher, 1984, 1996; Stott et al., 2007). A actuação da polícia deve atender às realidades sociais nas quais actua, pelo que se demonstra fundamental conhecer as identidades sociais com as quais contacta (Reicher, 1984, 1996). Neste sentido, torna-se fundamental o respeito por princípios de tolerância e flexibilidade na actuação da polícia, bem como princípios de comunicação e diálogo constante com os intervenientes nos mais variados eventos sociais (Stott & Reicher, 1998a; Waddington, 2007). No seguimento da verificação da validade e eficiência destes princípios, surgiu o *Elaborated Social Identity Model*, ESIM.

O modelo ESIM explica a volatilidade de uma determinada identidade social, como consequência de uma incorrecta interpretação e consequente reacção a essa identidade, por parte de uma entidade exterior, como por exemplo a Polícia (Drury & Reicher, 2009; Reicher, 1984, 1996). A Polícia tem a capacidade de criar um grupo coeso e hostil a partir de um aglomerado fragmentado de indivíduos (Drury & Reicher, 2009). Por conseguinte, muito do insucesso policial a que se assistiu na gestão de grandes aglomerados de indivíduos deveu-se, maioritariamente, à aplicação de critérios gerais a contextos particulares (Reicher, 1996), do mesmo modo que, abordagens policiais baseadas unicamente na reputação de determinados indivíduos também se demonstram ineficazes e arriscadas (Garland & Rowe, 1999; Gow & Rookwood, 2008; Mathias, 1991; Stead &

Rookwood, 2007). Assim, torna-se fundamental conhecer e analisar o contexto no qual os indivíduos interagem, bem como a identidade social partilhada por estes (Reicher, 1984; Stott et al., 2007). A par destes pressupostos, deve observar-se o respeito por uma análise coerente dos níveis de risco inerentes às realidades nas quais a polícia intervém (Council of the European Union, 2010). O modelo ESIM defende que uma análise incorrecta de uma determinada identidade provocará o reposicionamento desta, sendo que a nova identidade social será caracterizada por novas formas de acção, que podem ser consubstanciadas em comportamentos hostis e anti-sociais (Reicher, 1996; Stott et al., 2007).

Ao tomar a parte pelo todo, a interpretação da maioria pacífica em relação à autoridade e da sua própria identidade em relação à autoridade altera-se (Drury & Reicher, 2009), assistindo-se a um aumento dos níveis de conflito para com a Polícia (Reicher, 1984, 1996). Assim sendo, a Polícia ao atribuir níveis de risco elevado em situações de risco reduzido, e agindo em conformidade com essa avaliação, potencia uma análise ilegítima à actuação policial (Council of the European Union, 2010). Deste modo, aumenta drasticamente a probabilidade de os indivíduos moderados se juntarem aos radicais, o que faz aumentar as condutas anti-sociais bem como os níveis de conflito (Council of the European Union, 2010; Reicher, 1984, 1996). O mesmo acontece em situações de risco elevado em que as condutas *high profile* são aplicadas indiscriminadamente, assistindo-se a uma percepção ilegítima da actuação policial, bem como à criação de uma unidade hostil, ao aumento dos níveis de conflito e à verificação de comportamentos anti-sociais. Além disso, o equipamento de ordem pública é muitas vezes mal percepcionado, "sugerindo a presença de risco eminente" (Schreiber & Adang, 2010a, p. 253) aos elementos da multidão, criando um ambiente de hostilidade (Stead & Rookwood, 2007). Assim, o policiamento *high profile* é caracterizado por níveis de visibilidade elevados, demonstra-se intolerante para com comportamentos legítimos e apresenta uma postura confrontacional.

Diferentemente, em situações de risco reduzido, a aplicação de um policiamento *low profile* é entendido como legítimo por parte da multidão. este perfil de policiamento potencia o isolamento dos elementos radicais, a redução do conflito e dinâmicas de autopoliciamento (*self-policing*). Da mesma forma, avaliando correctamente uma situação de risco elevado, a conduta policial é percepcionada como legítima e apropriada, assistindo-se ao isolamento dos indivíduos dissidentes, à diminuição dos níveis de conflito, bem como a dinâmicas de *self-policing* (Stead & Rookwood, 2007; Stott et al., 2007, 2007). O policiamento *low profile* demonstra diversas vantagens, potenciando o

"estabelecimento de relações positivas com o público" (della Porta & Reiter, 1998, p. 4), fruto do respeito de vários factores, tais como a visibilidade e a comunicação (Schreiber & Adang, 2010a, 2010b), o reforço de determinadas identidades sociais bem como a sua expressão pacífica e ainda a tolerância para com determinados tipos de expressão (Stott et al., 2007), a facilitação e a diferenciação (Waddington, 2007). No entanto, a validade e o potencial deste tipo de policiamento só é possível com uma avaliação constante dos níveis de risco, bem como através de uma resposta rápida e diferenciada aos pequenos focos de conflito que possam surgir (Council of the European Union, 2010).

3.3. O sucesso do Euro 2004

A prestação da Selecção Nacional Portuguesa no Europeu de Futebol de 2004 contagiou a nação numa dimensão sem precedentes. O Euro 2004, além do sucesso desportivo, tornou-se, igualmente, uma referência de boas práticas ao nível internacional no que aos perfis de policiamento diz respeito (Adang & Brown, 2008; Hoggett & Stott, 2010a, 2010b; Schreiber & Adang, 2010a, 2010b).

O sucesso deste evento desportivo, ao nível policial, começa a ser delineado com a sinalização de adeptos problemáticos e a consequente aplicação de interdições de entrada no território nacional (*banning orders*) (Stott et al., 2007). Estas demonstram-se altamente eficientes, uma vez que garantem o afastamento de indivíduos com passado problemático em eventos desportivos (Stead & Rookwood, 2007). Posteriormente, e já iniciada a competição, a polícia portuguesa, mais concretamente a Polícia de Segurança Pública (PSP), encetou um conjunto de acções que se viriam a demonstrar preponderantes no sucesso alcançado. Durante o evento verificou-se que a PSP regulou-se por intervenções coerentes com as dinâmicas dos adeptos, observando-se o respeito pelos princípios do modelo ESIM, bem como uma análise constante do risco inerente aos comportamentos dos adeptos e, ainda, pela aplicação um perfil de policiamento *low profile*, colhendo deste posicionamento estratégico inúmeros frutos (Adang & Brown, 2008; Hoggett & Stott, 2010a; Schreiber & Adang, 2010a; Stott et al., 2007). Durante todo o torneio foram constatadas dinâmicas de autopoliciamento, indiciando que as abordagens policiais foram entendidas como legítimas por parte dos adeptos (Hoggett & Stott, 2010a; Schreiber & Adang, 2010b; Stott et al., 2007). A conduta dos elementos da PSP demonstrou-se proactiva, apresentando primazia pelo diálogo com os adeptos das várias nacionalidades e identidades, sendo que também se verificou a facilitação de determinadas condutas aos segundos (Hoggett & Stott, 2010b). A utilização de coletes de visibilidade por parte dos

elementos da PSP também potenciou a proximidade entre o adepto e a instituição policial (Stott et al., 2007). A Guarda Nacional Republicana, contrariamente à PSP, regulou-se por abordagens *high profile*, sendo as mesmas interpretadas como ilegítimas e indiscriminadas, potenciando elevados índices de conflito, tais como os que se verificaram em Albufeira, Algarve (Stott et al., 2007).

A par dos princípios que regem a actuação policial, verificou-se que a polícia e as demais autoridades locais, além de se preocuparem com as questões de índole criminal, foram desafiadas a promover um ambiente salutar, proporcionando proactivamente um conjunto de medidas que garantiriam não só a segurança mas também o bem-estar de todos os adeptos (Quidt & Johnston, 2003). O bem-estar seria garantido não só pela qualidade das infra-estruturas que os acolheriam (Quidt & Johnston, 2003), mas também pela qualidade do serviço dedicado pela polícia anfitriã. Importa ainda aludir à eficiência da cooperação entre as forças policiais e os *stewards*, uma vez que a articulação das duas entidades mereceu apreciações positivas por parte de autores como Adang e Brown (2008).

3.4. As condições estruturais e o papel da FIFA e da UEFA

A par dos princípios de actuação policial, importa lembrar outros factores, não menos importantes, fundamentais na garantia do sucesso de eventos desta natureza. Referimo-nos, pois, à inquestionável relevância das condições de índole estrutural não só dos estádios, como das zonas adjacentes a estes (Schreiber & Adang, 2010a; Taylor, 1989). A este propósito lembramos um dos episódios que mais negativamente marcou a história do futebol europeu, referindo-nos ao desastre ocorrido na tarde de sábado do dia 15 de Abril de 1989, no estádio de Hillsborough, em Sheffield, Inglaterra, do qual resultou um total de 96 vítimas mortais e 766 feridos (Barron & Mallett, 2011).

O jogo a contar para a meia-final da *Football Association's Cup* (FA Cup), entre o Liverpool Football Club e o Nottingham Forest Football Club, teve de ser interrompido após cinco minutos e meio do seu início, fruto da entrada forçada de cerca de 10.000 adeptos (Taylor, 1989). Acresce a isto a existência de uma vedação que separava o relvado das bancadas, dificultando a fuga dos adeptos para o terreno de jogo, provocando o esmagamento dos mesmos (Barron & Mallett, 2011). Por outro lado, também a actuação policial foi criticada, fruto da resposta lenta e passiva demonstrada (Taylor, 1989). Este episódio marcaria o início de um conjunto de alterações, a diversos níveis, que ainda hoje são bem evidentes nos estádios de futebol. Para tal contribuiu, em grande medida, o trabalho de Taylor (1989), desenvolvido no âmbito deste episódio, que destacou a

premência da observância de determinadas condições, as quais seriam garantidas não só pelos clubes de futebol mas também pelas autoridades. Por conseguinte, alvitrou-se: a colocação de cadeiras nos estádios, limitando assim a lotação dos mesmos; a retirada das vedações que separavam as bancadas do relvado, evitando o encurralamento dos adeptos; a garantia de condições de emergência médica de socorro aos adeptos, através de instalações médicas, serviços de primeiros-socorros e ambulâncias; a garantia de uma monitorização constante dos adeptos antes, durante e após o jogo, nas bancadas, na entrada do estádio e nas imediações do mesmo, num esforço sinergético entre as autoridades e os clubes; e, finalmente, o planeamento da segurança a garantir pelas autoridades, as quais deveriam definir sectores de policiamento, mantendo uma comunicação constante com uma central rádio, que deveria estar afastada do ruído do estádio (Taylor, 1989).

No entanto, com o decorrer dos anos foram surgindo inovações que pretendiam dar resposta às necessidades de conforto e segurança, tanto no interior como no exterior dos estádios, aos adeptos. A este propósito promoveu-se a instalação de circuitos fechados de videovigilância (CCTV), bem como a segregação de adeptos no interior dos estádios (Stead & Rookwood, 2007). Ao nível do conforto assistiu-se à criação de zonas dedicadas aos fãs (*fan zones*), à distribuição de ecrãs gigantes nas cidades anfitriãs dos grandes eventos desportivos e à garantia de acessibilidade tanto aos estádios como às *fan zones*. A garantia destas condições demonstra-se fulcral na gestão de grandes aglomerados de pessoas, bem como no seu bem-estar e na sua segurança (Quidt & Johnston, 2003; Schreiber & Adang, 2010a). A segurança e o conforto dos adeptos passa, igualmente e de forma incontornável, pela preocupação com os bilhetes, nomeadamente na prevenção da sua venda no mercado negro, bem como na sua disponibilização em número concordante com a lotação do estádio, segundo nos sugere o manual *Guide to safety at sports grounds* (2008). Por conseguinte, demonstra-se de todo pertinente que os estádios assegurem uma lotação definida através de lugares sentados, evitando a desorganização que caracterizou os estádios até aos anos noventa do século passado (Taylor, 1989).

Os eventos desportivos de grande dimensão como os Campeonatos do Mundo e da Europa de Futebol constituem-se verdadeiros encontros culturais, envolvendo a interacção de diversas identidades sociais, as quais são exteriorizadas de múltiplas formas. A par do espírito competitivo, os eventos desta natureza são, em igual medida, óptimos cenários de convívio e festa, tal como nos sugerem os *slogans* utilizados aquando da sua realização. A este propósito, lembramos alguns *slogans* relativos a Campeonatos do Mundo,

nomeadamente o utilizado na Alemanha em 2006, *time to make friends*, em África do Sul em 2010, *ke nako* (é hora de), *celebrate Africa's Humanity*, e no Brasil no presente ano de 2014, *all in one rhythm*. Imbuídas no mesmo espírito, também as competições internacionais ao nível dos clubes, como a UEFA *Champions League* ou a UEFA *Europa League*, manifestam interesse na luta contra o racismo, a exclusão social e o sexismo, sendo que os equipamentos de todos os jogadores, que participam nestas competições, devem conter a insígnia *respect*, conforme nos sugerem o UEFA *Champions League Club Manual*, 2013/14 e o UEFA *Europa League Club Manual*, 2013/14.

Conscientes da máxima que "a água adapta o seu curso de acordo com a natureza do terreno sobre o qual corre" (Tzu, 2009, p. 43), conclui-se que não existe apenas uma abordagem policial eficiente para eventos ou situações nas quais figuram multidões. No entanto, existem determinados perfis de policiamento que tendem a demonstrar melhores resultados do que outros, sendo o policiamento *low profile* um bom exemplo de proficuidade e eficiência na gestão de grandes eventos, quando aplicado correcta e atempadamente (della Porta & Reiter, 1998; Garland & Rowe, 1999; Hoggett & Stott, 2010a; Stott et al., 2007; Stott & Pearson, 2006). Neste sentido, a eficiência deste tipo de policiamento só é possível através da verificação de determinados factores, tais como uma correcta avaliação dos níveis de risco inerentes a uma multidão, a facilitação e tolerância para com determinados tipos de comportamento e a aplicação dirigida e diferenciada das condutas policiais (Stott & Pearson, 2006; Waddington, 2007).

As sociedades democráticas perpetuam-se com a observância, conjunta e equitativa, de valores de liberdade e ordem (Gillham & Marx, 2000). Desta forma, a polícia estará mais próxima de garantir às pessoas a "confiança que, em grande parte, mantém a ordem e a estabilidade social e é condição de legitimação sociológica da polícia" (Silva, 2001, p. 20). Por outro lado, importa reforçar que existem outros factores que concorrem directamente para o sucesso do policiamento. Lembramos, a este propósito, os factores de índole estrutural, bem como o papel a desempenhar pela FIFA e pela UEFA no sucesso dos eventos desportivos, não só pela monitorização dos aspectos de organização e segurança infra-estrutural, mas também pela sensibilização de clubes, jogadores e adeptos para o sentido festivo que o futebol deve manifestar e transmitir.

4. Redes sociais: Recurso para a mobilização e difusão identitária

O mundo no qual vivemos é, mais do que nunca, uma verdadeira aldeia global, à imagem da definição de McLuhan (1962). O mundo globalizado "não é um incidente

passageiro nas nossas vidas" (Giddens, 1999, p. 29), assumindo-se como o paradigma actual no qual vivemos. No entanto, importa lembrar que a sociedade actual, global e interligada em rede não é um resultado único do desenvolvimento tecnológico, sendo o ímpeto humano fundamental neste processo (Castells, 2005). O Homem, cada vez mais tecnológico (McLuhan & Zingrone, 2005), tem demonstrado elevados níveis de adesão às novas tecnologias e novas formas de interacção digitais, como as redes socias (Boyd & Ellison, 2008; Cardoso & Lamy, 2011). Estas influem, de forma evidente, no actual paradigma relacional e comunicacional, sendo que as suas potencialidades são descobertas e exploradas a cada dia (Machado & Tijiboy, 2005).

A internet proporciona a circulação da informação célere e eficientemente, a partir de vários pontos do planeta, tornando cada vez mais próximo aquilo que parece distante. Simultaneamente, a internet induz uma espécie "extensão tecnológica no nosso sistema nervoso central" (McLuhan & Zingrone, 2005, p. 238), chegando a colocar em causa a condição humana. Actualmente, as redes sociais são um verdadeiro *el dorado* da internet, uma vez que potenciam o alargamento da comunicação interpares, consubstanciando uma nova forma de relacionamento (Silva, 2012). Além do mais as redes sociais são utilizadas por diversos tipos de consumidores, como cientistas (Bik & Goldstein, 2013), gestores e economistas (Silva, 2012).

As redes sociais são, nos dias que correm, consideradas uma das plataformas mais eficientes na construção e disseminação de movimentos sociais (Cardoso & Lamy, 2011), potenciando o surgimento de diversas subculturas (Boyd & Ellison, 2008) bem como a sua divulgação. Ao mesmo tempo assistimos à construção de uma sociedade cada vez mais polissémica, fruto do ímpeto tecnológico a que hoje, mais do que nunca, se assiste (Paech, 2009). Deste modo, a sociedade eminentemente tecnológica na qual vivemos demonstra-se favorável ao desenvolvimento de novas formas de relacionamento, onde a partilha de pensamentos, opiniões, comentários, ideologias, estados de espírito, sob a mais variada forma, não conhece limites (Boyd & Ellison, 2008). Assim sendo, o mundo actual, sobremaneira globalizado e massificado, assiste simultaneamente a uma tendência crescente de afirmação do Homem, não só no plano individual mas também colectivo (Machado & Tijiboy, 2005). No entanto, importa referir que o desenvolvimento do paradigma tecnológico, *per se*, não justifica a realidade na qual vivemos, sendo que o alcance das suas potencialidades deve-se essencialmente à utilização que é dada pelo Homem (Castells, 2005). Neste sentido, as redes sociais assistem constantemente a

"processos complexos que visam a conquista do prazer e da auto-realização, resultando no jogo intricado de negociações, tensões e poder" (Machado & Tijiboy, 2005, p. 6).

Consequentemente, e tendo por base as valias que as redes sociais apresentam, é sem surpresa que observamos a adesão a estas por diversos tipos de grupos, tais como as claques de futebol. Conforme observamos aquando da análise às teorias contemporâneas das multidões, notámos que acção colectiva prossegue a obtenção de objectivos através da mobilização de determinados recursos. Da mesma forma, as claques de futebol recorrem às redes socias não só como veículo de difusão da sua identidade, mas também como meio de organização e de recrutamento. O Facebook comprova a adesão das claques de futebol às redes sociais, através do qual partilham diversos tipos de conteúdos, procurando, assim, a sua afirmação enquanto sujeito colectivo.

De entre as várias redes sociais, o Facebook destaca-se das demais, não só pelos elevados níveis de adesão que apresentam, mas também pela simplicidade da sua utilização (Treadaway & Smith, 2011). As maiores potencialidades do Facebook passam pela simplicidade de utilização, bem como pelos mecanismos que esta utiliza na sugestão de amizades tendo por base os contactos de *e-mail* de amigos, colegas e conhecidos (Treadaway & Smith, 2011). Além disso, o Facebook demonstra ser uma plataforma ímpar na difusão de informação por parte de cada usuário, nomeadamente no que concerne à de partilha de fotografias, vídeos, áudio e comentários. Assim, além das páginas individuais, também grupos e associações, nos quais se inserem as claques de futebol, utilizam o Facebook para a divulgação e partilha de conteúdos. Neste sentido, e tendo em conta que a realidade virtual é, cada vez mais, indissociável da acção humana, parece pertinente recorrer às redes sociais, como o Facebook, para desenvolver um estudo que possa ajudar a caracterizar as claques de futebol portuguesas.

5. Formulação da problemática de investigação

Finalizado o enquadramento teórico do presente trabalho, demonstra-se premente a formulação de uma problemática de investigação coerente e compaginável com o exposto até então. Conforme observamos, a partir dos anos 60 assistiu-se a uma mudança de paradigma relativamente à interpretação da acção colectiva. O mito da irracionalidade é substituído pela certeza da racionalidade que caracteriza toda a acção colectiva (Chazel, 1995; McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978). A mobilização de recursos, o aproveitamento das oportunidades ou a resistência aos constrangimentos, sejam eles políticos, sociais ou

culturais, é orquestrada numa lógica de custo-benefício (Olson, 1965), onde o enquadramento cultural influi, igualmente, na operacionalização da acção. Paralelamente, constatámos que os grupos, enquanto mobilizadores de acção, são caracterizados por factores identitários, isto é, são portadores de uma identidade social que os define e diferencia dos demais (Reicher, 1984, 1996). É a partir desta base teórica que a nossa investigação, relativa às claques portuguesas de futebol, se fundamentará.

As diversas subculturas de adeptos que surgiram no panorama europeu demonstram-se portadoras de uma identidade social própria, actuando em concordância com os paradigmas políticos, sociais e culturais à época (Podaliri & Balestri, 1998; Spaaij & Viñas, 2005). No entanto, a sua identidade social demonstra-se dinâmica, podendo alterar-se em função da interpretação de grupos exteriores, nomeadamente a Polícia, conforme nos sugere o modelo ESIM. Apesar da pluralidade de subculturas de adeptos que se manifestaram no continente europeu a partir dos anos 60, a mesma subcultura demonstra-se idiossincrática localmente, fruto da circunstancialidade do meio em que se manifesta e das motivações grupais. Neste sentindo e atendendo ao facto que a realidade portuguesa apresenta-se pouco estudada, demonstra-se de todo pertinente o desenvolvimento de um estudo concernente a esta. Assim, se o sucesso do policiamento dependente do conhecimento da identidade social com a qual interage, procuraremos analisar a realidade das claques portuguesas. Decorrente desta necessidade, analisaremos as claques de apoio dos três maiores clubes portugueses, nomeadamente os *No Name Boys* e os Diabos Vermelhos (Sport Lisboa e Benfica), a Juventude Leonina (Sporting Clube de Portugal) e os Super Dragões (Futebol Clube do Porto), relativamente a aspectos de índole cultural, organizacional e identitária (dal Lago & de Biasi, 1994; Marivoet, 2009; Podaliri & Balestri, 1998; Reicher, 1984, 1996; Spaaij, 2006, 2007; Testa, 2009; Testa & Armstrong, 2013). Associando a premência em caracterizar esta subcultura às múltiplas potencialidades da internet, nomeadamente as redes sociais, encetaremos um estudo etnográfico de índole digital (Murthy, 2011) referente às claques de apoio portuguesas. Assim, atendendo a que as redes sociais fazem parte do *modus vivendi* actual, analisaremos comentários, imagens e vídeos partilhados nas páginas de Facebook das respectivas claques. Como tal, atendendo ao supramencionado e à natureza do nosso trabalho, optámos por uma abordagem qualitativa à realidade em estudo. Neste sentido, "de mente aberta e não de cabeça vazia" (Fetterman, 1998, p. 1) procurar-se-á analisar o tema concernente às claques de apoio dos clubes de futebol portugueses recorrendo à exploração, descrição,

interpretação e descodificação da informação relativa não só a estas, mas também às subculturas de adeptos portugueses em geral.

A Polícia, que desde os anos 70 se assume como um instrumento ao serviço da comunidade (Kelling & Moore, 1988), procura ser uma instituição conhecedora, não só do meio em que actua mas, principalmente, do público com o qual interage. No entanto, a aquisição do conhecimento policial (Adang & Brown, 2008) não é simples, obrigando a um estudo constante e atento da realidade social na qual se opera. Sun Tzu (2009, p. 24) afirmou que "aquele que conhece o inimigo e se conhece a si mesmo sairá vitorioso de cem batalhas". Deste modo, quanto maior for o conhecimento policial sobre determinada identidade social, mais próxima estará a instituição do almejado sucesso, que se traduz na verificação de reduzidos níveis de conflito. Além do mais, como sugere Alvin Toffler (1980), a informação *per se* não demonstra ser uma mais-valia, pelo que se demonstra fundamental a operacionalização da informação que se detém. Assim, esmiuçando os espontâneos conteúdos e ímpetos digitais, estaremos mais próximos da caracterização das claques e da subcultura adepta que nos propomos a analisar.

Capítulo II – Método

1. Abordagem Qualitativa

A realização de uma investigação de carácter científico implica, necessariamente, uma construção, mensuração e interpretação plausível da realidade e das variáveis em estudo (Vanderstoep & Johnston, 2009). Neste sentido, relativamente à abordagem metodológica e consoante a realidade em análise, podemos optar por dois tipos de abordagem: a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa (Bryman, 2008). A abordagem quantitativa assenta, sobretudo, na utilização de dados de natureza numérica com vista à descodificação de relações causa-efeito, demonstrando um carácter eminentemente positivista, linear e rígido (Bardin, 1977; Walliman, 2006). A abordagem qualitativa, por seu turno, tem como objectivo alcançar o significado da realidade em estudo (Bryman, 2008). Este tipo de abordagem, menos linear que a abordagem quantitativa, demonstra-se, segundo Denzin e Lincoln (1994), eminentemente interpretativa e naturalista no estudo do objecto em análise.

Da mesma forma que Sun Tzu (2009) atesta a importância da adaptação da táctica militar em função dos cenários enfrentados, também o investigador qualitativo deve demonstrar este cariz de versatilidade, primeiramente à sociedade sobremaneira dinâmica (Giddens, 1990) e posteriormente à realidade em estudo (Bardin, 1977; Wilson, 1977). Bogdan e Biklen (1992, p. 49) sugerem que a abordagem qualitativa exige um olhar do mundo em que "nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo". Deste modo, o investigador enquanto instrumento principal da abordagem, mais do que os próprios resultados, procura a resposta ao significado dos fenómenos em análise (Bogdan & Biklen, 1992). Assim, a abordagem qualitativa não se demonstra compaginável com a confirmação ou não de hipóteses, operacionalizando-se categoricamente através de processos de exploração, descrição, categorização e indução (Mack, Woodsong, MacQueen, Guest, & Namey, 2005), construindo-se de forma indutiva (Bogdan & Biklen, 1992). O investigador qualitativo pode ser comparado, ainda que metaforicamente, a Marco Polo, célebre explorador do século XIII, na medida em que, tal como o explorador veneziano, o investigador não sabe onde o seu percurso de investigação o levará.

A nossa investigação, que visa analisar comportamentos humanos num contexto social específico, recorrerá a uma das metodologias da abordagem qualitativa, a saber a etnografia. A etnografia é um conceito de difícil definição, conforme sugerem Atkinson e

Hammersley (1994), ainda que na prática se refira ao estudo das interacções, comportamentos e percepções que ocorrem em contextos sociais específicos (Atkinson & Hammersley, 1994; Reeves, Kuper, & Hodges, 2008). Fetterman (1998, p. 1) define a etnografia como "arte e a ciência da descrição de uma cultura ou de um grupo", sendo que o etnógrafo não procura o inédito, analisando a rotina dos comportamentos humanos (Fetterman, 1998). A nossa investigação, em particular, recorrerá à etnografia digital para a analisar os comportamentos e interacções das subculturas adeptas de futebol portuguesas. A etnografia digital demonstra inúmeros benefícios, possibilitando a análise de dados heterogéneos, nomeadamente texto, áudio, vídeo e imagem, ao passo que os ímpetos demonstrados no mundo digital tendem a ser muito mais espontâneos e intimistas do que num contacto face-a-face (Murthy, 2011). A par destas vantagens, lembramos que a participação pública em programas de opinião direccionados para o desporto em geral e para o futebol em particular, cada vez mais se faz através das redes sociais, nomeadamente o Facebook.

2. *Corpus*

O *corpus*, segundo Bardin (1977, p. 122) consiste no "conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos a procedimentos analíticos", ao passo que Bauer e Aarts (2000, p. 23) o definem como "a colecção finita de materiais determinada de antemão pelo analista, com inevitável arbitrariedade do analista, e com a qual se irá trabalhar". Assim, o *corpus* assume-se como um corpo de análise do investigador, não se constituindo meta mas sim percurso de uma investigação, definido crítica e conscientemente por parte do investigador.

Neste sentido, o *corpus* do nosso trabalho é constituído pelas páginas do Facebook das claques de apoio a três clubes portugueses, nomeadamente Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal e Futebol Clube do Porto. Assim, analisaremos a página dos Diabos Vermelhos (SLB) (https://www.facebook.com/pages/Diabos-Vermelhos-1982/136994372998177), duas páginas dos *No Name Boys* (SLB) (https://www.facebook.com/pages/NoNameBoys/153746881472305) e (https://www.facebook.com/NoNamesBoys), a página da Juventude Leonina (SCP) (https://www.facebook.com/Juveleo.SportingCP.RC) e a página dos Super Dragões (FCP) (https://www.facebook.com/superdragoes1986). A análise destas páginas de Facebook será feita em três intervalos temporais distintos, que coincidirão com três jogos referentes à

Liga ZON Sagres da temporada 2013/2014 nos quais o Sport Lisboa e Benfica, o Futebol Clube do Porto e o Sporting Clube de Portugal se defrontarão. Ora, os jogos a que nos referimos dizem respeito à 15.ª jornada (SLB vs. FCP, 12 de Janeiro), à 18.ª jornada (SLB vs. SCP, 9 de Fevereiro) e à 23.ª jornada (SCP vs. FCP, 16 de Março). Assim, o nosso *corpus* é constituído: pelos conteúdos partilhados pelas claques do Benfica e do Porto de 5 a 19 de Janeiro; pelos conteúdos partilhados pelas claques do Benfica e do Sporting de 2 de Fevereiro a 16 de Fevereiro; e, pelos conteúdos partilhados pelas claques do Sporting e do Porto de 9 de Março a 23 de Março.

3. Instrumento

O instrumento utilizado para analisar o *corpus* seleccionado foi a análise de conteúdo temática (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004), uma vez que este instrumento de análise permite-nos concretizar inferências válidas de uma determinada realidade, relacionando-as com o contexto em que emergem (Krippendorff, 2004; Weber, 1990).

Relativamente à análise de conteúdo emergem tantas definições quantos os autores que procuraram defini-la. Bardin (1977, p. 44) avança que a análise de conteúdo é um "conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Berelson (1952, p. 18), por seu turno, define a análise de conteúdo como "uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação". De acordo com Bardin (1977, p. 9) a análise de conteúdo "oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade". Neste sentido, a análise de conteúdo, nunca perdendo o rigor, procura inferir e interpretar variáveis, afastando-se da linearidade caracterizadora de métodos quantitativos. Além disso, a análise de conteúdo deve promover a produção de inferências passíveis de replicação e validade (Krippendorff, 2004). Demonstrando-se válida, a análise de conteúdo é então capaz de medir aquilo para que foi desenhada (Pais, 2004).

Nesta senda, a análise de conteúdo torna-se um verdadeiro "repertório de métodos de pesquisa que promete a sustentação de inferências a partir de dados de natureza verbal, pictórica, simbólica e comunicacional" (Krippendorff, 2004, p. 17), permitindo uma análise minuciosa das interacções humanas (Neuendorf, 2002). Importa ainda ressalvar que

a produção de inferências só se demonstra profícua quando os dados se encontram devidamente contextualizados, sendo que, quando esta premissa se verifica, a análise de conteúdo ajusta-se às mais diversas formas de comunicação. Foi por força desta versatilidade que Bardin (1977, p. 30) assumiu que a análise de conteúdo apresenta uma função heurística, na medida em que se trata de um instrumento que "enriquece a tentativa exploratória [e] aumenta a propensão à descoberta". Assim sendo, a análise de conteúdo demonstra-se uma exigente técnica de análise, não bastando ao investigador descrever os conteúdos, sendo que esta atinge a sua plenitude quando a análise dos dados acrescenta conhecimento, isto é, permite produzir inferências (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo apresenta diversas potencialidades. Conforme defende Bardin (1977), a análise de conteúdo permite-nos ir além do visível através da descodificação e análise das mensagens em estudo. Além disso, esta demonstra-se compatível com diversos campos de aplicação (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004) permitindo descodificar diversos tipos de mensagens, senão mesmo todo o tipo mensagens (Henry & Moscovici, 1968). Podemos também afirmar, de forma indubitável, que este instrumento de análise demonstra-se sensível ao contexto, onde emergem as mensagens que pretendemos estudar (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004; Weber, 1990). Desta forma, este método de análise permite-nos ultrapassar as incertezas que marcaram o início da investigação, garantindo-nos, posteriormente, a aquisição de conhecimento. Além do mais, a análise de conteúdo assegura que "nenhum dos intervenientes na produção e recepção da(s) mensagem(ns) sabe que estas estão a ser, ou vão ser, analisadas, havendo, portanto, um risco menor de a própria análise influenciar o processo comunicacional" (Pais, 2004, p. 250), pelo que as mensagens não se demonstram inquinadas.

A par desta necessidade de ir mais além na aquisição de conhecimento, a análise de conteúdo não prescinde do carácter de rigor (Bardin, 1977). Tal como nos refere Krippendorff (2004), a análise de conteúdo, enquanto técnica de investigação, implica forçosamente procedimentos especializados, pelo que, o investigador deve divorciar-se das suas crenças e autoridade pessoal bem como de juízos de valor. Assim, deve a análise de conteúdo constituir uma técnica dotada de validade e fiabilidade durante todos os procedimentos de análise, constituindo-se um verdadeiro instrumento científico, na medida em que possibilita a replicação do estudo (Krippendorff, 2004; Pais, 2004). Os critérios de validade prendem-se com a qualidade dos resultados, sendo que a replicabilidade poderá ser entendida "como a melhor forma de fiabilidade" (Krippendorff, 2004, p. 18).

A análise de conteúdo, enquanto processo analítico, é composta por diversas fases, começando a ganhar forma pela definição de um objecto de estudo e respectivo conjunto de referências alusivas a este (Weber, 1990). Posteriormente, e formulada a problemática da investigação, encetamos uma "leitura flutuante" (Bardin, 1977, p. 96) ao *corpus*, a qual nos proporcionará um misto de impressões e orientações relativas a este último (Bardin, 1977). Seguidamente surge "a fase de análise propriamente dita" (Bardin, 1977, p. 101) relativa à exploração dos materiais. Esta fase, a mais demorada do processo de análise de conteúdo, prende-se com a codificação do material em análise, correspondendo a uma transformação dos dados que se encontram em bruto, isto é, no seu estado natural, em unidades (Bardin, 1977). Torna-se, então, premente a definição das categorias relativas ao nosso *corpus* que albergarão os denominados conteúdos temáticos. A categoria pode ser entendida como um conceito norteador, na medida em que, "indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito" (Vala, 1999, pp. 110-111).

O processo de categorização, conforme defende Bardin (1977), consiste numa operação de classificação, de diferenciação e reagrupamento dos elementos através de critérios definidos previamente. A categorização demonstra-se a fase mais complexa da análise de conteúdo, obrigando o investigador a um trabalho diário que, em contrapartida, permite-lhe simplificar a realidade em estudo, garantindo-lhe sentido (Vala, 1999). Desta forma, a categorização permite-nos simplificar o *corpus* de análise, tornando-o mais esclarecedor, na medida em que a realidade em estudo, complexa por natureza, alcança sentido, organização e expressão (Bardin, 1977; Vala, 1999). À luz das palavras de Henry e Moscovici (1968), a análise pode seguir dois procedimentos distintos, nomeadamente procedimentos fechados ou procedimentos exploratórios. No entanto, estes procedimentos não são incompatíveis, conforme defende Pais (2004), sugerindo uma utilização simultânea, dando assim origem a um procedimento misto. Assim, a definição das categorias do nosso trabalho demonstra-se subordinada não só ao quadro teórico, mas também ao *corpus*.

As categorias deverão demonstrar fiabilidade e validade, sendo que, para que tal seja possível, deverão as mesmas observar critérios de exaustividade e exclusividade (Vala, 1999). Impõe-se, desta forma, que todos os conteúdos sejam objecto de análise, ao passo que cada conteúdo seja inserido numa única categoria. Como tal, conforme nos afincam Ghiglione e Matalon (1992), a classificação dos conteúdos temáticos deve ser feita

com certeza e rigor, sendo que os resultados obtidos deverão ser independentes do analista que explorou o *corpus*. Por força deste princípio de fiabilidade, o analista deve proceder a várias leituras do *corpus* em momentos distintos, garantindo, desta forma, a fiabilidade intra-codificador (Ghiglione & Matalon, 1992). Concomitantemente, o *corpus* deve ser codificado por analistas diferenciados, anulando assim as dúvidas e os problemas que possam subsistir ao nível da codificação (Ghiglione & Matalon, 1992).

A discussão dos resultados da análise permitirá realizar inferências que sustentarão conclusões concernentes ao objecto de estudo (Bardin, 1977). É nesta fase que o investigador é chamado a interpretar os resultados alcançados, onde, mais uma vez, a dimensão teórica e empírica não se dissociam.

4. Procedimento

A recolha do material que se constitui como *corpus* do nosso trabalho obedeceu a determinados critérios que, desde já, nos propomos a descrever para que seja possível compreender os períodos temporais escolhidos em função das páginas de Facebook seleccionadas para a análise.

Ora, conforme aludimos o *corpus* deste trabalho constitui-se dos conteúdos partilhados pelas páginas de Facebook da claque dos *No Name Boys*, dos Diabos Vermelhos, da Juventude Leonina e dos Super Dragões durante três períodos temporais, cada um deles com 15 dias. A escolha dos períodos temporais atinentes à análise de conteúdo justifica-se com o facto de cada um desses períodos contemplar um jogo entre dois dos três clubes portugueses de maior expressão, Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal e Futebol Clube do Porto, referentes à Liga ZON Sagres 2013/2014. Os "clássicos", como são conhecidos os jogos entre estas equipas no panorama do futebol português, demonstram-se repletos de significado, apresentando níveis de adesão elevados por parte das claques, bem como especial cuidado na elaboração das *tifos.* Além do mais, a opção por delimitar a 15 dias cada um dos períodos de análise (os sete dias antes, o dia do jogo e os sete dias após o jogo) está relacionada com as características da identidade *ultra* que, conforme atestámos no enquadramento teórico, se assume como um verdadeiro modo de vida, no qual a preparação de cada jogo inicia-se muito antes do apito do árbitro (dal Lago & de Biasi, 1994). Assim, é no início da semana que os jogos começam a ser preparados pelas claques, onde, desde cedo, questões relacionadas com os bilhetes, viagens, mas também questões atinentes às *tifos* devem ser pensadas e organizadas (dal

Lago & de Biasi, 1994). Por outro lado, os dias subsequentes ao jogo são utilizados para não só partilhar o espectáculo desenvolvido na *curva* mas também para mais uma vez reforçar, independentemente do resultado, a devoção ao clube, a qual deve repetir-se no jogo que se segue (Testa, 2009).

Desta forma, uma vez recolhido o material e, consequentemente, constituído o *corpus*, procedeu-se à análise de conteúdo, recorrendo para tal a uma grelha categorial por nós construída (vd. Anexo 1). Esta foi construída tendo em consideração o enquadramento teórico feito. Posteriormente, os conteúdos temáticos foram analisados em conjunto (Bardin, 1977). No entanto, importa lembrar que a grelha categorial, inicialmente concebida, poderia ser sujeita a alterações em função do que o *corpus* nos oferecesse, motivo pelo qual adoptámos um procedimento misto (Pais, 2004), no qual novas subcategorias poderiam surgir, tornando a nossa análise maleável aos dados analisados.

Nos diversos momentos da análise tivemos sempre em consideração as regras de fiabilidade e validade, bem como os critérios de exaustividade e exclusividade previamente aludidos. O respeito por estes princípios foi, desde início, tido como um preceito do presente trabalho. A fiabilidade foi garantida através da análise inter-codificador, na qual o mesmo material foi codificado por diferentes analistas; e, pela fiabilidade intra-codificador, a qual é assegurada através da codificação dos elementos que constituem o *corpus* pelo mesmo analista mas em momentos espaçados temporalmente. Ora, verificados os preceitos de fiabilidade, a validade dos resultados é assegurada através da exposição detalhada dos procedimentos adoptados ao longo do estudo (Pais, 2004), possibilitando, desta forma, a sua replicabilidade. Conforme se constata, aludimos aos critérios que definiram a recolha dos dados bem como aos procedimentos utilizados na análise dos mesmos.

Aquando do tratamento dos resultados, foram realizadas inferências e interpretações dos dados através da contagem frequencial, apoiando-nos no pressuposto da proporcionalidade directa existente entre a frequência de uma determinada ideia e a importância desta última no contexto do estudo (Ghiglione & Matalon, 1992).

Capítulo III – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

1. Análise qualitativa e discussão dos conteúdos do Facebook

1.1. Níveis de participação no Facebook

Antes de nos aventurarmos na análise e discussão dos resultados propriamente dita, apresentaremos os resultados obtidos relativos à análise de conteúdo. A presente análise permitiu-nos codificar um total de 2050 unidades de registo, doravante denominadas u.r.. Ora, iniciada a análise constatámos, rapidamente, que os níveis de participação no Facebook demonstravam-se idiossincráticos nas quatro claques analisadas. Assim, conforme percepcionamos através da observação do gráfico da Figura 1, a claque que apresenta níveis de participação superiores no Facebook é a Juventude Leonina (u.r.), secundada pelos Super Dragões (u.r.), seguindo-se os *No Name Boys* (u.r.) e, por último, os Diabos Vermelhos (u.r.).

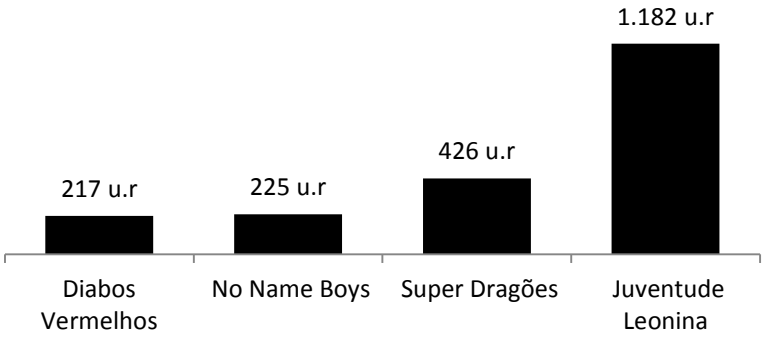

Figura 1. Total de unidades de registo por claque analisada

1.2. Registos *casual* numa realidade eminentemente *ultra*

A realidade adepta portuguesa encontra-se, consensualmente, associada à subcultura *ultra* (Giulianotti, 1994; Marivoet, 2009; Spaaij, 2006). A festa de luz, de cor e de som que dá vida às *curvas* portuguesas não se esgota no espaço do jogo, sendo que o Facebook se demonstra, igualmente, uma plataforma apetecível de partilha destes conteúdos. A própria análise de conteúdo comprova esse facto, nomeadamente através da predominância que a subcategoria "Repertório de Acção *Ultra*" (A.1.) apresenta, demonstrando-se a subcategoria mais representada da pré-categoria "Mobilização de Recursos" (A), conforme ilustra o gráfico da Figura 2.

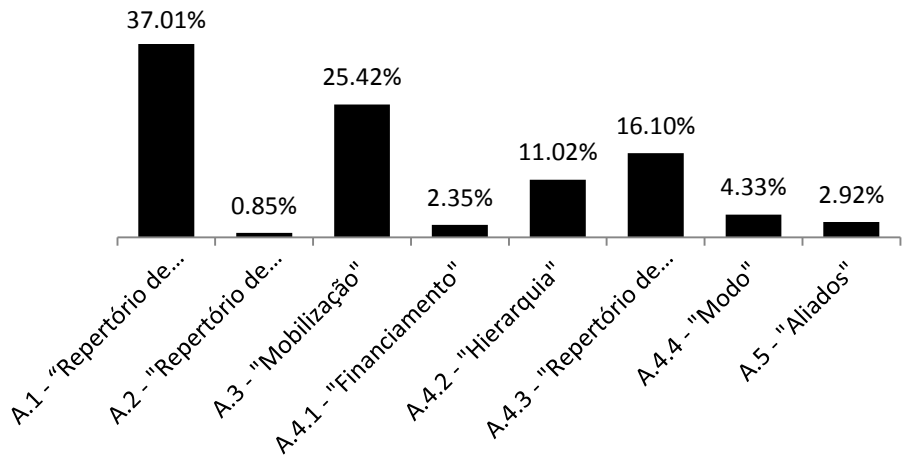

Figura 2. Ocorrência percentual das categorias da Mobilização de Recursos

A tipologia da acção colectiva orquestrada pelas claques analisadas demonstra-se, pois, significativamente inserida na fenomenologia de acção *ultra*. A nossa análise atestou o predomínio de elementos *ultra* tais como cânticos, bandeiras, faixas, tarjas, coreografias ou até engenhos pirotécnicos, nos conteúdos partilhados pelas claques nas respectivas páginas de Facebook. Atestámos, igualmente, que as quatro claques analisadas se assumem *ultra*. As *tifos* revelam-se multitemáticas, na medida em que, cada cântico, faixa ou bandeira carrega consigo um símbolo, seja ele do clube, da claque ou, mesmo até, uma forma de demarcação clubística (Jasper, 2007; Marivoet, 2009). Os jogos analisados, enquanto clássicos do futebol nacional, demonstraram especial cuidado na elaboração de coreografias e de cânticos por parte das claques, conforme constataremos mais adiante.

Paralelamente, apesar da realidade das claques portuguesas apresentar-se, eminentemente, *ultra*, pudemos constatar, ainda que de forma pouco significativa, formas de expressão conotadas com a subcultura *casual*. Observamos que claques como os Diabos Vermelhos, os *No Name Boys* e os Super Dragões demonstraram a utilização de elementos *casual*, nomeadamente através da utilização de marcas como a *Adidas*, *Stone Island* ou *Burberry* (Redhead, 1990, 2012; Spaaij, 2006). Ainda assim, a realidade adepta portuguesa vai demonstrando alguma receptividade a esta subcultura, provada pela formação de grupos denominados *casual*, nomeadamente os *Casuals Porto*, os quais são aliados (A.5) dos Super Dragões, conforme constatámos no decorrer da análise.

1.2.1. *No pyro, no party* (sem pirotecnia não há festa)

O adepto *ultra* é um apaixonado do espectáculo visual e sonoro (dal Lago & de Biasi, 1994; Spaaij, 2006). Além dos cânticos e das palmas, das bandeiras e das tarjas, das coreografias e das faixas a subcultura *ultra* não dispensa os engenhos pirotécnicos. As

tochas, os potes de fumo e os petardos são um ingrediente obrigatório na receita das *curvas* portuguesas e, conforme pudemos constatar com através da análise de conteúdo, as quatro claques analisadas fazem uso destes engenhos, apesar de a sua detenção ser penalizada pela Lei n.º 50/2013, de 24 de Julho. Ainda assim, as fotos partilhadas, não só da bancada mas também dos trajectos para os estádios, manifestam a utilização de engenhos pirotécnicos. Conforme pudemos constatar, uma das páginas dos *No Name Boys* partilhou uma foto com a descrição "*no pyro, no party*" (https://www.facebook.com/NoNamesBoys, partilhado a 9 de Fevereiro de 2014) na qual era visível, a par dos símbolos da claque, treze engenhos pirotécnicos. No mesmo jogo, os Diabos Vermelhos partilharam uma fotografia com a descrição "*derby day*" na qual estavam expostos seis engenhos pirotécnicos (https://www.facebook.com/pages/Diabos-Vermelhos-1982/136994372998177, partilhado a 9 de Fevereiro de 2014). A partilha deste tipo de conteúdos é sobremaneira elucidativa da relevância que estes engenhos desempenham no espectáculo desenvolvido nas *curvas*, sendo que as claques analisadas, sem excepção, fazem uso dos mesmos no interior dos recintos desportivos, bem como na deslocação para estes.

1.3. Mobilização à participação

Não obstante os *No Name Boys* apresentarem níveis de participação inferiores às restantes claques durante os períodos de análise, constatámos, igualmente, a partilha de conteúdos em duas páginas de Facebook distintas. Este indicador é, desde logo, sintomático da desorganização que os *No Name Boys* aparentam na utilização do Facebook, em linha com a desorganização reflectida também nas bancadas. Mas as peculiaridades ao nível da desorganização demonstradas pelos *No Name Boys* não se resumem apenas à não fidelização a uma página oficial no Facebook. Segundo dal Lago e de Biasi (1994) as claques são constituídas por um *Direttivo* que, entre outras tarefas, é responsável pela distribuição dos bilhetes. Conforme notámos aquando da análise, as questões relacionadas com os bilhetes, referentes à categoria "Mobilização" (A.3.), demonstram-se plenamente sincronizadas na Juventude Leonina, nos Super Dragões e nos Diabos Vermelhos que demonstram ser possuidoras de uma estrutura responsável pela venda dos bilhetes. Assim, estas três claques demonstram-se detentoras de ingressos, os quais são distribuídos aos sócios da claque em locais habituais ou através de contactos previamente definidos, sejam eles telefónicos ou electrónicos. O preço dos bilhetes oscila em função da fidelização à claque, sendo que os sócios das claques têm acesso a bilhetes a um preço mais convidativo. Concomitantemente, a questão das viagens não é olvidada por

Juventude Leonina, Super Dragões e Diabos Vermelhos, os quais, aquando da disponibilização dos bilhetes, oferecem pacotes que incluem, desde logo, o bilhete para o jogo bem como a viagem até à cidade onde a partida tem lugar. Os *No Name Boys*, por seu turno, não apresentam informações atinentes aos bilhetes e às viagens, na medida em que não são lançados quaisquer tipos de reptos relativamente à detenção de bilhetes para venda, constatando-se, em sentido inverso, apelos para a troca de bilhetes. O mais interessante é que a procura dos bilhetes não segue uma tendência de concentração na *curva* sul, constatando-se, paradoxalmente, a procura de bilhetes para as quatro bancadas do Estádio. Em alguns casos notámos que a necessidade em garantir bilhetes, por parte de elementos dos *No Name Boys*, era tanta que a mesma era estimulada com a oferta de *merchandising* afecto à claque, nomeadamente cachecóis. Num registo paradoxal encontramos os Diabos Vermelhos que, através do Facebook, elucidaram os seus membros para a exclusividade dos seus produtos e materiais, os quais só deveriam ser utilizados pelos membros da claque, não sendo permitida a sua comercialização ou oferta a pessoas que não pertencessem à mesma.

Concluímos assim que as duas claques afectas ao Sport Lisboa e Benfica, *No Name Boys* e Diabos Vermelhos, apresentam níveis de organização e de abertura ao mundo exterior sobremaneira distintos. Se por um lado encontramos os Diabos Vermelhos num padrão de organização e, em certa medida, fechado ao mundo exterior, provado por um dos seus lemas "enorme minoria", constatamos que os *No Name Boys* apresentam-se num registo de, aparente, desorganização e onde os adereços da claque são facilmente adquiridos por elementos exteriores a esta. Mas este posicionamento de aparente desorganização dos *No Name Boys* poderá, até, ser propositado, podendo estar ligado a movimentos autónomos de esquerda. A imagem de desorganização que transparecem, o facto de não apresentarem uma estrutura hierárquica, conforme observaremos mais à frente, associado ao próprio nome da claque, "rapazes sem nome", não nos leva a afastar essa hipótese, podendo ser interessante estudar esta possibilidade em trabalhos futuros. Paralelamente, tanto Super Dragões como Juventude Leonina apresentam-se como duas claques maduras do ponto de vista organizacional, onde as questões atinentes à mobilização para o jogo dos seus associados encontram-se plenamente mecanizadas.

1.4. Organização da claque

Para que uma claque seja profícua na obtenção dos seus objectivos torna-se premente a verificação de uma estrutura responsável pelo seu funcionamento. À

semelhança do que destacámos no enquadramento teórico do presente trabalho, a prossecução de objectivos é acompanhada pela mobilização dos recursos que se revelem ajustados a essa pretensão (Melucci, 1996; Tilly, 1978). Ora, torna-se fundamental a verificação de uma fonte de financiamento, que no caso dos grupos organizados de adeptos é muitas vezes assegurada através da venda de *merchandising* relativo à claque (dal Lago & de Biasi, 1994; Podaliri & Balestri, 1998). Relativamente à subcategoria "Financiamento" (A.4.1), tanto os Diabos Vermelhos, os Super Dragões e a Juventude Leonina aproveitaram o Facebook para publicitar a venda de *merchandising* como *fanzines*, *sweats*, cachecóis. Lembramos que no caso dos Diabos Vermelhos a venda de material afecto à claque está limitado aos elementos da claque, não sendo permitida a venda a pessoas exteriores a esta. Mais uma vez, em sentido contrário, surgem os *No Name Boys* que não demonstram quaisquer indícios de serem detentores de fontes de financiamento, não tendo sido inserida qualquer u.r. relativa a esta subcategoria (A.4.1.).

Relativamente à organização da claque, além do seu financiamento, analisámos a sua estrutura hierárquica (A.4.2.), estrutura esta que se releva sobremaneira preponderante enquanto meio de representação da claque no meio exterior, nomeadamente ao clube e às autoridades policiais, mas, fundamentalmente, enquanto factor de administração de toda a claque. Mais uma vez, as quatro claques analisadas apresentam paradigmas organizacionais distintos. A Juventude Leonina e os Super Dragões, à semelhança do que aludimos previamente, estão formados enquanto associações no IPDJ, I.P., fruto da sua constituição enquanto associação à luz das regras atinentes ao associativismo jovem, previstas na Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho. Ora, verificando-se o respeito por estes preceitos legais por parte da Juventude Leonina e dos Super Dragões, são as mesmas, obrigatoriamente, dotadas de uma estrutura hierárquica, conforme prevê o art.º 7.º da legislação supramencionada. Assim, no decorrer da análise comprovámos que ambas as claques são detentoras de um líder, sendo a Juventude Leonina liderada por Mustafa e os Super Dragões por Fernando Madureira. Ainda que estes nomes fossem conhecidos publicamente, a análise de conteúdo elucidou-nos da ascendência que estes demonstram sobre os elementos da claque. Os mesmos tendem a posicionar-se no início da *curva*, visíveis a todos os elementos da claque, e, regra geral, fazem-se munir de um megafone podendo, desta forma, fazer chegar as suas orientações a toda a claque. A Juventude Leonina, apresenta uma estrutura de apoio a Mustafa, devidamente identificada como *staff*, que, tanto no estádio como a caminho deste, coadjuvam o referido líder na orientação dos

demais elementos da claque. Em sentido contrário surgem as claques afectas ao Benfica, Diabos Vermelhos e *No Name Boys*, que não revelaram qualquer início de serem dotadas de uma estrutura hierárquica, podendo, tal situação, ser premeditada, fruto de um hipotético posicionamento ideológico da claque.

No entanto, a estrutura da claque não se resume ao líder e restantes associados da claque. Relativamente ao modo (A.4.4.), as claques apresentam ramificações que, no contexto da temática em análise, são denominadas por núcleos. Os Super Dragões e a Juventude Leonina demonstram-se possuidores de núcleos, sendo que os primeiros demonstram a prevalência de núcleos no norte do país, enquanto os segundos revelam o predomínio de ramificações na zona centro e sul de Portugal. Os Diabos Vermelhos são possuidores de diversos núcleos, não só em Portugal nomeadamente na Margem Sul, em Alcobaça, no Algarve, mas também no estrangeiro designadamente em Paris, em Londres, na Suíça e no Luxemburgo. A verificação de núcleos de uma claque no estrangeiro é particularmente interessante, sendo que no caso dos Diabos Vermelhos sugerimos duas explicações para este fenómeno. Em primeiro lugar, os Diabos Vermelhos foram a primeira claque de apoio afecta ao Benfica, demonstrando uma projecção que os *No Name Boys* até hoje não evidenciaram. Paralelamente, o Benfica tem adeptos emigrantes dispersos por vários países europeus, como no Luxemburgo, Suíça, França, Inglaterra e Alemanha (*Jornal O Jogo*, 3 de Abril de 2014), os quais se mantêm ligados ao clube, aproveitando as deslocações deste, no âmbito da sua participação nas competições europeias para apoiar, para o apoiar com bandeiras, faixas e estandartes.

Finalmente, a categoria "Organização" (A.4.) previa uma subcategoria respeitante ao "repertório de informação" (A.4.3.). A Juventude Leonina é a claque que se demonstra mais prevalente nesta subcategoria, constatando-se a partilha de informação atinente não só ao futebol mas também às restantes modalidades desportivas. Além da partilha de informações desportivas, a claque veicula, igualmente, informações referentes a conteúdos noticiosos gerais, como foi o caso da partilha da notícia da referente ao falecimento de D. José Policarpo (https://www.facebook.com/Juveleo.SportingCP.RC, partilhado a 13 de Março de 2014). As restantes claques apresentam resultados residuais em relação a esta subcategoria, o que nos leva a não excluir a ideia que estas não atribuem grande significado às outras modalidades nem, tampouco, a conteúdos não referentes ao clube.

Por último, e ainda que a prevalência se demonstre pouco significativa, lançamos um olhar à categoria "Aliados" (A.5.). Conforme já aludimos a claque dos Super Dragões é

dotado de alianças, não só com os *Casuals Porto*, um grupo organizado de adeptos afectos ao Porto e portadores da subcultura *casual*, mas também com a outra claque *ultra* do clube, os Colectivo Ultras 95. Os Diabos Vermelhos apresentam duas alianças no estrangeiro, uma delas com os *ultras* do clube espanhol *Mérida Unión Deportiva*, os *Mérida Sur*, e outra com os *ultras* da formação grega do *Panathinaikos Athlitikos Omilos*, os *Gate 13*. A Juventude Leonina, por seu turno, no que concerne à categoria "Aliados" (A.5.), revela manter uma relação de proximidade com os restantes grupos organizados de adeptos do Sporting, nomeadamente os Directivo Ultras XXI, a Torcida Verde e o Grupo Ideal 1906, provado com a concentração, pacífica, dos vários grupos organizados no topo sul do Estádio José Alvalade. Ainda que em anos anteriores a formação de diversas claques num mesmo clube fosse sintomática da existência de divergências entre os adeptos e entre estes e o clube (Marivoet, 1992), actualmente, conforme constatámos no decorrer da nossa análise, encontramos um Sporting caracterizado por uma sintonia, não só entre os diversos grupos organizados de adeptos, mas também entre estes e a Direcção, conforme revelaremos mais adiante. No panorama internacional, a Juventude Leonina mantêm uma aliança com o *Collettivo Autonomo Viola*, grupo *ultra* da equipa italiana *Associazone Calcio Firenze Fiorentina*.

1.5. Ideologias, significados e provocações à mistura

A par da devoção ao clube, o futebol mostrou-se também, ao longo da história, palco de pulverização e exteriorização de ideais e valores que nem sempre ligados à modalidade (dal Lago & de Biasi, 1994; Dunning et al., 1999; Podaliri & Balestri, 1998; Redhead, 1990, 2004; Reynolds, 1998). Conforme destacámos, a política, a música, a moda e os ideais inerentes a estas, ainda hoje estão presentes em alguns palcos europeus (Testa, 2009). No entanto, conforme prevê a Lei n.º 52/2013, de 25 de Julho, no seu art.º 14.º n.º 5, é expressamente proibido o apoio a grupos organizados de adeptos que adoptem sinais, símbolos ou expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espectáculos desportivos, ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestação de ideologia política. As claques do Porto e do Sporting, formadas enquanto associações, demonstram ser cumpridoras deste preceito legal, não evidenciando conteúdos alusivos a qualquer tipo de ideologia. Em sentido contrário, surgem os Diabos Vermelhos que, no decorrer da análise, partilharam conteúdos atinentes ao seu sistema de valores e ideais, referente à categoria "Componente Ideológica" (B.1.). Em mais do que uma ocasião, a página dos Diabos Vermelhos partilhou fotos nas quais era

visível a bandeira dos Estados Confederados Americanos. Na génese desta bandeira estão associadas as ideias de escravatura e opressão (Fuchs, 2010). No entanto, em nossa análise, a utilização desta bandeira poderá não estar directamente ligada ao significado original, podendo, desta forma, representar o sul, Lisboa, por oposição ao Norte, Porto. Ora, nesta ordem de ideias, a bandeira poderá simbolizar a rivalidade existente entre o Benfica e o Porto. Para além da utilização de símbolos que poderão estar ligados ao mundo da política, os Diabos Vermelhos ostentam, também, símbolos alusivos à filosofia de vida *sex, drugs and rock n' rol*, nomeadamente através de bandeiras com o símbolo dos *The Rolling Stones*. Assim, notámos que os Diabos Vermelhos apresentam influências britânicas, nomeadamente da subcultura *rockers*, subcultura adepta de futebol sobremaneira ligada ao mundo do *rock* (Dunning et al., 1999).

Conforme nos sugere Jasper (2007, p. 72) "quase todo o objecto ou acção é portador de significado" e, no caso do futebol, esta máxima demonstra-se altamente fértil (Porat, 2010). O clube é portador de vários significados para os seus adeptos, designadamente os símbolos, tais como o emblema, o hino, o estádio e as pessoas sejam elas antigas glórias do clube, os jogadores do momento, o treinador ou o presidente (Morris, 1981). Relativamente à subcategoria referente aos "Ícones" (B.2.1), a qual se insere na categoria "Portadores de significado do Clube" (B.2.), notámos que de entre as quatro claques analisadas, os Super Dragões são uma excepção, não tendo apresentado conteúdos que aludam a antigos jogadores que se tenham notabilizado no clube, conforme se observa através da visualização do gráfico da Figura 3, podendo indiciar pouco interesse pelo passado, não só do clube mas também das pessoas que o representaram.

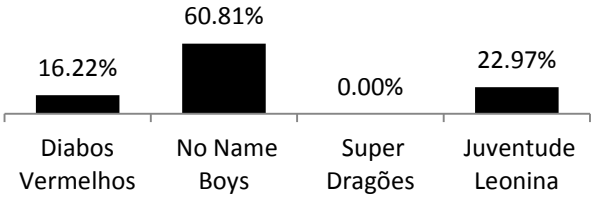

Figura 3. Ocorrência percentual da subcategoria "Ícones" por claque

Num registo oposto surgem os *No Name Boys*, os Diabos Vermelhos e a Juventude Leonina que, no decorrer dos períodos analisados, partilharam conteúdos atinentes a antigas glórias do clube. No caso das claques benfiquistas a esmagadora maioria das u.r. contabilizadas dizem respeito a Eusébio da Silva Ferreira. No entanto, estes resultados devem ser olhados com alguma atenção, uma vez que o falecimento do "Pantera Negra"

coincidiu com o início do primeiro período de análise. Ora, este episódio condicionou desde logo os números da análise, sendo que se Eusébio não tivesse falecido nesta data, o número de u.r. referentes à subcategoria "Ícones" poderia ter sido significativamente diferente. Concomitantemente, além de Eusébio os *No Name Boys* fazem alusão a Cosme Damião, fundador do clube. A Juventude Leonina, por seu lado, faz alusão a figuras como Carlos Lopes, atleta olímpico que representou o Sporting, a João Rocha, antigo Presidente do clube, a Luís Figo e Cristiano Ronaldo, jogadores formados no clube e que já vencedores o galardão Bola de Ouro.

Paralelamente, a partilha de conteúdos atinentes a "Elementos do Clube" (B.2.2.) demonstra-se pouco significativa nas claques benfiquistas e portistas. Em sentido contrário surge a Juventude Leonina que, diariamente partilha conteúdos respeitantes aos jogadores, à equipa técnica e até ao Presidente Bruno de Carvalho. Contrariamente ao que se assistiu no passado, em que a relação entre a Direcção do Sporting e as claques, nomeadamente a Juventude Leonina, revelava-se conturbada, actualmente a claque e a Direcção aparentam serem detentoras de numa relação assente na convergência de interesses.

Relativamente aos "Simbolismos do Clube" (B.2.3.) constatámos que estes apresentam-se como inalienáveis na relação que une as claques aos respectivos clubes. Desta forma, a análise permitiu-nos observar que os quatro grupos de adeptos estudados, recorrentemente, partilham conteúdos como o emblema do clube, o seu ano de fundação, o hino do clube ou, ainda, o estádio. Ainda assim, nem só os simbolismos afectos ao clube se encontram presentes nas bancadas e nos discursos nas redes sociais. Da mesma forma, os "Simbolismos da Claque" (subcategoria B.3.2.), que se inserem na categoria "Portadores de significado da Claque" (B.3.), revelam-se consideravelmente representados. Conforme notámos através da visualização do gráfico da Figura 4, as claques repartem os simbolismos afectos a esta com os símbolos atinentes ao clube.

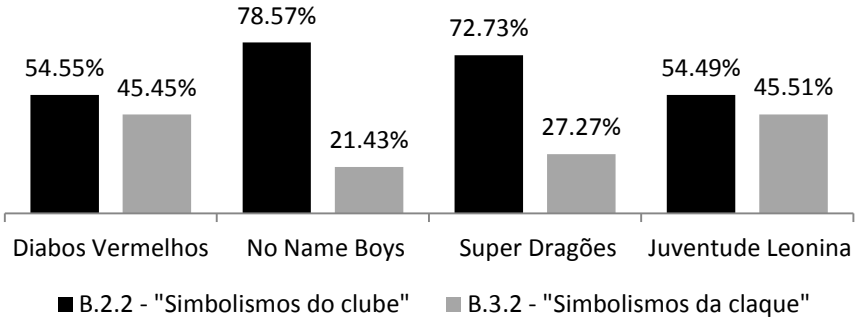

Figura 4. Comparação da ocorrência percentual entre as subcategorias "simbolismos do clube" e "simbolismos da claque" por claque analisada

Relativamente à subcategoria "Curva" (B.3.1.) nota-se que é um tema pouco prevalente no discurso partilhado no Facebook, ainda que quando mencionado, é dotado de um grande sentido de pertença. Os Diabos Vermelhos referiram-se à curva norte do Estádio da Luz como "a nossa bancada" (https://www.facebook.com/pages/Diabos-Vermelhos-1982/136994372998177, partilhado a 6 de Janeiro de 2014), ao passo que os Super Dragões mencionaram "*the place that we call home*" (o local a que chamamos casa) (https://www.facebook.com/superdragoes1986, partilhado a 17 de Janeiro de 2014).

Conforme decorreu do nosso enquadramento teórico, as claques de futebol em Portugal, a par do sentimento incondicional de apoio que garantem aos seus clubes demonstram-se particularmente acutilantes quando se referem aos clubes rivais (Frosdick & Marsh, 2005; Marivoet, 2009). No decorrer da análise, verificámos inúmeras u.r. atinentes à "Demarcação Clubística" (B.4.), sendo que relativamente a esta matéria, conforme observamos no gráfico da Figura 7, a Juventude Leonina e os Super Dragões são os mais prevalentes.

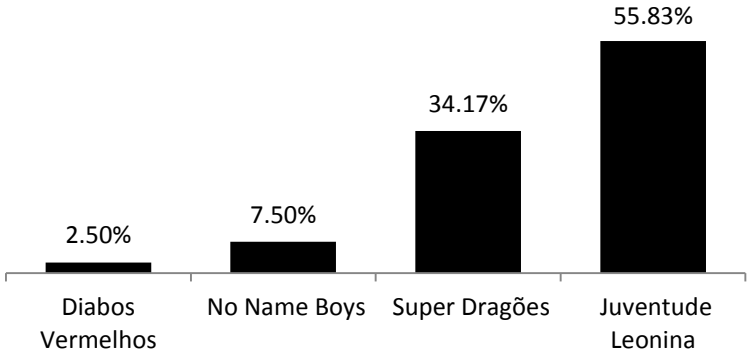

Figura 5. Ocorrência percentual da categoria "Demarcação clubística" por claque

Ainda assim, lembramos a este propósito algumas das coreografias e dos cânticos que se destacaram ao longo da análise, nomeadamente a coreografia dos Diabos Vermelhos, aquando do jogo Benfica vs. Sporting a contar para a 18ª jornada da Liga ZON Sagres, quando utilizaram crocodilos insufláveis, em alusão ao rival da 2ª Circular, em busca do autocarro do título (https://www.facebook.com/pages/Diabos-Vermelhos-1982/136994372998177, partilhado a 9 de Fevereiro de 2014). Este jogo, inicialmente marcado para dia 9 de Fevereiro, teve de ser adiado para dia 11 do mesmo mês, fruto da não verificação das condições de segurança do Estádio da Luz (*Jornal A Bola*, 10 de Fevereiro de 2014). Como tal, este episódio foi aproveitado pelos elementos da Juventude Leonina que, aquando da sua deslocação e entrada na Luz no dia 11 de Fevereiro, ostentaram equipamentos utilizados na construção civil, nomeadamente coletes e

capacetes, numa alusão ao episódio ocorrido no dia 9 de Fevereiro. Mais tarde, o encontro entre o Sporting e o Porto a contar para a 23ª jornada surge numa semana em que é iniciado o Movimento Basta, um repto lançado pelo Sporting Clube de Portugal no qual expõe a convicção de que os erros de arbitragem têm prejudicado o clube, sendo que, no entanto, os adeptos continuarão a lutar, incondicionalmente, pela equipa. A propósito deste sentimento de injustiça vivido em Alvalade, os Super Dragões preparam cânticos alusivos à situação dirigindo-se ao Sporting nos seguintes moldes: "lagarto agoniado (…) o que tu queres é um campeonato extraviado" (https://www.facebook.com/superdragoes1986, partilhado a 13 de Março de 2014), conforme analisámos na página da claque portista. Mas a demarcação clubística nem sempre apresentou um padrão tão sátiro. Pudemos igualmente notar a utilização de expressões de demarcação mais agressivas, nomeadamente através da expressão *filhos da puta*. Constatámos, igualmente, que quando as claques se referem aos clubes rivais fazem-no, por vezes, num registo de desconsideração, comprovado pela utilização de letras minúsculas nessas alusões, ao contrário da utilização de letras maiúsculas quando aludem ao seu clube.

1.6. Do sentimento de injustiça à devoção ao clube

Pegando nas palavras de Morris (1981), o adepto de futebol vai experimentando sentimentos paradoxais. Para além do êxtase que sente nas vitórias, os adeptos de futebol vivem a triste da derrota ou, ainda, as iniquidades de factores externos que podem, não só, comprometer os resultados da equipa, mas também as aspirações dos próprios adeptos. Cientes deste último factor, criámos uma categoria referente ao "Sentimento de Injustiça" (C.1.). O *corpus* analisado possibilitou-nos aferir que há um conjunto de factores exógenos à actuação da equipa que espoletam um conjunto de reacções por parte da claque, algumas das quais simbioticamente com o sentimento da Direcção. Ora, a análise desta categoria possibilitou-nos depreender que a claque da Juventude Leonina e a Direcção do Sporting comungam dos mesmos interesses. Por diversas ocasiões verificámos o sentimento de iniquidade sentido pela Juventude Leonina em relação à arbitragem dos jogos do Sporting, bem como às decisões da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) em manter o Porto na meia-final da Taça da Liga, posicionamento publicamente assumido também pela Direcção sportinguista.

Paralelamente assinalámos que, além das questões relacionadas com futebol, foram partilhados conteúdos referentes a outro tipo de iniquidades. A propósito da manifestação das Forças de Segurança realizada a 6 de Março de 2014, na qual foram utilizados

engenhos pirotécnicos, os Super Dragões partilharam uma imagem com a seguinte descrição: "Pirotecnia na Assembleia (…) Não é crime?! (…) Uma causa de todos!" (https://www.facebook.com/superdragoes1986, partilhado a 11 de Março de 2014). A imagem em questão apresentava diversas tarjas, exibidas por diversos grupos organizados de adeptos um pouco por todo o país, nas quais questionavam a conduta dos elementos presentes na manifestação, prevista e punida pela Lei n.º 50/2013, de 24 de Julho, no seu art.º 89.º que proíbe a entrada e utilização destes engenhos nos recintos desportivos, bem como a sua utilização em espaços onde estejam a decorrer reuniões ou manifestações. A este propósito parece-nos pertinente lembrar a questão da legitimação da actuação policial (della Porta & Reiter, 2006). Conforme atestámos no enquadramento teórico, revela-se sobremaneira preponderante a legitimação da actuação policial. A forma com os grupos exteriores percepcionam a polícia define o seu comportamento para com esta (Reicher, 1984, 1996), sendo que este episódio em particular poderá claudicar a legitimação da actuação policial em acções futuras, designadamente com as claques.

As claques, por outro lado, a par dos circunstancialismos que possam prejudicar a actuação das suas equipas mantêm-se fielmente dedicadas ao seu clube. Não deixa de ser curioso que apesar das diferenças de rendimento apresentadas por Porto, Sporting e Benfica, as claques analisadas são incondicionalmente dedicadas aos seus clubes, reflectindo no seu discurso "Importância da Acção" (C.2.).

Cada uma das claques partilhou frases altamente elucidativas do incondicionalismo que as liga aos respectivos clubes. Os *No Name Boys* referem que estarão "sempre presentes" (https://www.facebook.com/pages/NoNameBoys/153746881472305, partilhado a 7 de Janeiro de 2014), ao passo que os Diabos Vermelhos afirmam que os "Diabos nunca te falham" (https://www.facebook.com/pages/Diabos-Vermelhos-1982/136994372998177, partilhado a 9 de Fevereiro de 2014), a Juventude Leonina, por sua vez, garante que a relação existente entre a claque o clube perdurará "até que a morte (…)os separe" (https://www.facebook.com/Juveleo.SportingCP.RC, partilhado a 13 de Fevereiro de 2014) e os Super Dragões garantem que estarão "contigo [Futebol Clube do Porto] até ao fim" (https://www.facebook.com/superdragoes1986, partilhado a 9 de Março de 2014).

No entanto, a categoria da "Importância da Acção" (C.2.) é melhor percepcionada quando analisada com a categoria "Devoção ao Clube" (C.4). Uma é consequência de outra, na medida em que é a devoção ao clube que induz nas claques o sentido de apoio incondicional ao clube. À semelhança do que nos refere Marivoet (2009) as claques

portuguesas demonstram particular apetência para demonstrar o sentimento que de devoção e afirmação que nutrem pelo clube. A análise encetada proporcionou-nos a confirmação desse sentimento, nomeadamente através da observação da utilização dos vocábulos "amor", "força", "é o maior", entre outros, que aludem ao sentimento de devoção. Conforme pudemos constatar, as quatro claques analisadas apresentam um discurso confluente, não apresentando diferenças consideráveis no seu conteúdo.

Finalmente, e ainda que seja a categoria menos representada na subcategoria C, lançamos um olhar à categoria atinente às expectativas (C.3.). Notámos que de um modo geral, as claques na sua dimensão afectivo-emocional tendem a enfatizar muito mais o seu sentimento pelo clube bem como a importância da sua acção de apoio, em oposição às expectativas do jogo. No entanto, quando se referem às expectativas em relação aos jogos, tendem a demonstrar confiança no desempenho da sua equipa, não demonstrando, uma vez que fosse, qualquer dúvida em relação à vitória da sua equipa.

Por último, importa dar nota que constatámos que, ainda que reduzidos, alguns dos conteúdos partilhados no Facebook das claques analisadas nem sempre se mantinham nas respectivas páginas, constatando-se que determinadas publicações estiveram disponíveis apenas durante algumas horas. Neste sentido, estamos conscientes que podemos não ter analisado a totalidade dos conteúdos partilhados nos períodos temporais escolhidos para a análise.

Capítulo IV – Conclusões

Findo que está o nosso trabalho, importa perscrutar detalhadamente as conclusões a que chegámos, sendo que estão são o resultado de um estudo que procurou analisar quatro claques de futebol portuguesas, a saber, Juventude Leonina, Super Dragões, Diabos Vermelhos e *No Name Boys*, a partir das páginas de Facebook de cada uma das claques supramencionadas.

Desde logo se nota que a aposta no Facebook como recurso de partilha e difusão de conteúdos difere nas quatros claques analisadas. A Juventude Leonina é, de longe, a claque que demonstra uma maior aposta no Facebook enquanto plataforma comunicacional, sendo secundada pela claque dos Super Dragões. Em contraposição surgem as claques dos *No Name Boys* e dos Diabos Vermelhos, podendo sugerir a aposta noutros meios de comunicação, menos convencionais, com os seus associados ou, caso contrário, não serão de todo dotadas de recursos através dos quais operacionalizem a comunicação com os seus membros.

No que respeita aos resultados obtidos no nosso estudo, destacamos o número de incidências atinentes à pré-categoria Mobilização de Recursos ostentado, consensualmente, pelas quatro claques analisadas. O repertório de acção *ultra* foi a categoria que apresentou maior número de ocorrências, indiciando, deste modo, que a subcultura adepta portuguesa encontra-se amplamente identificada com a fenomenologia de acção *ultra*, subcultura adepta de origem italiana. As *curvas* das claques analisadas encontram-se pejadas de elementos que remetem para a subcultura *ultra*, nomeadamente enormes bandeiras, faixas, coreografias apelativas, cânticos e engenhos pirotécnicos. Relativamente a estes últimos, apesar de a sua utilização ser proibida, encontramos as quatro claques analisadas a fazerem uso dos mesmos. Atendendo à reduzida dimensão de muitos destes artefactos, torna-se difícil conseguir prevenir a sua entrada nos recintos desportivos, indiciando que esta é uma problemática, até ver, sem solução à vista. Paralelamente importa lembrar que, ainda que reduzidos, constata-se a utilização de elementos afectos à subcultura *casual*, especialmente nos Diabos Vermelhos. Seria de todo interessante, em trabalhos futuros, apurar se esta claque que se assume *ultra* não será dotada de uma facção *casual*.

Percebemos também que a mobilização ao apoio do clube é sobremaneira lembrada pelas quatro claques analisadas. Ainda que os *No Name Boys* se constituam como uma excepção em relação às restantes claques, na medida em que não se apresentem como detentoras de bilhetes para os jogos do Benfica, não excluímos a hipótese que a claque os

possa deter. Os Diabos Vermelhos, por seu turno, não estando constituídos enquanto associação juvenil não podem ser abonados de apoios por parte do clube. No entanto, conforme pudemos apurar na análise, a claque dos Diabos Vermelhos é detentora de bilhetes para os jogos do Benfica, ficando na dúvida como os mesmos são angariados. A Juventude Leonina e os Super Dragões, claques formadas enquanto associações, podem gozar de apoio dos respectivos clubes, sendo que a análise indicia a existência da concessão de apoios a estas duas claques, uma vez que as mesmas demonstram-se detentoras de bilhetes.

Relativamente à estrutura da claque, notámos que existem diferentes paradigmas organizacionais. Enquanto a Juventude Leonina e os Super Dragões apresentam indícios que apontam para a importância de uma estrutura hierárquica, os Diabos Vermelhos e os *No Name Boys* não apresentaram sinais de serem detentores de uma hierarquia definida. Tais factos poderão estar relacionados com o facto de nenhuma das duas claques afectas ao Benfica estarem constituídas enquanto associação ou até, no caso dos *No Name Boys*, com uma hipotética ligação a grupos autónomos de esquerda. Conforme decorreu da análise, a claque dos *No Name Boys* não é detentora de uma página oficial, apresenta níveis de organização extremamente reduzidos e, ainda, nunca é feita referência a nomes, vivendo, deste modo, sob um manto de anonimato, não sendo possível perscrutar qualquer indício de uma estrutura hierárquica formal inerente à claque.

Paralelamente, constatámos que as quatro claques analisadas repartem símbolos afectos à claque com símbolos afectos ao clube. Os portadores de significado do clube demonstram alguma vantagem em relação aos portadores de significado da claque, indiciando, em nossa opinião, a prioridade que é atribuída à acção de apoio ao clube. Aliás, este resultado espelha o carácter diferenciador do *ultra* que, conforme observámos no enquadramento teórico, se assume, primeiramente, como um adepto exacerbado do seu clube. Concomitantemente, assistimos à ostentação de símbolos alusivos à claque, o que nos leva a crer que os grupos organizados de adeptos pretendem, igualmente, evidenciar os seus símbolos, diferenciando-se, deste modo, de outros grupos organizados e dos demais adeptos. Os grupos organizados de adeptos que apresentam maior número de ocorrências na partilha de símbolos da claque são a Juventude Leonina e os Diabos Vermelhos. Este resultado poderá estar relacionado com o facto de estas serem das claques portuguesas mais antigas, apresentando níveis de maturação identitária superiores quando comparadas com claques formadas mais recentemente, nomeadamente os *No Name Boys*. A Juventude

Leonina destaca-se das demais claques analisadas na medida em que partilha inúmeros conteúdos atinentes ao Presidente do Clube, Bruno de Carvalho. Ora, este resultado leva-nos a crer que, actualmente, existe uma convergência de vontades e pensamentos relativamente ao clube, fruto, muito provavelmente, dos resultados obtidos pelo clube na presente época desportiva.

Releva, igualmente, aludir à utilização de formas de demarcação clubística que, principalmente, Juventude Leonina e Super Dragões demonstraram nos períodos de análise. As formas de demarcação variaram entre a satirização e a ofensa do adversário. Conforme Frosdick e Marsh (2005) defendem, a realidade adepta portuguesa ostenta grande propensão para a utilização de uma linguagem provocativa e, por vezes, agressiva, em detrimento do confronto físico. Curioso o facto de o Benfica ser alvo de demarcação privilegiado por parte de Juventude Leonina e Super Dragões, mesmo em alturas em que o Benfica não era adversário de Sporting ou Porto. Tal facto poderá estar relacionado com a predominância de adeptos benfiquistas em relação a adeptos do Sporting e do Porto, bem como, do ponto de vista histórico, ter sido o Benfica, na maioria das vezes, o grande rival de Sporting e Porto, tornando-se, desta forma, o inimigo primeiro das suas rivalidades.

Ficam também manifestas, mediante os resultados obtidos, as parcas alusões à instituição policial. As referências, quando encetadas, estiveram relacionadas com a utilização de engenhos pirotécnicos junto da Assembleia da República aquando da manifestação das forças de segurança. Desde logo notámos que a legitimação da actuação policial poderá ser facilmente comprometida (Reicher, 1984, 1996), fruto de uma percepção de ilegitimidade por parte de um grupo exterior, neste caso as claques, em relação à conduta adoptada pela Polícia. Paralelamente, as reduzidas alusões à Polícia poderão indiciar que as claques portuguesas não olham a como um inimigo, ao contrário de alguns grupos organizados de adeptos italianos (Testa & Armstrong, 2013), sendo que também não poderemos excluir a possibilidade que as referências à Polícia poderão ser desenvolvidas noutras plataformas comunicacionais mais restritas. Para além do sentimento de iniquidade demonstrado relativamente aos episódios ocorridos na Assembleia da República, foi também manifestado, por parte da Juventude Leonina, desagrado para com as decisões da Federação Portuguesa de Futebol Profissional e para com actuação de algumas equipas de arbitragem. Segundo os conteúdos partilhados, essas decisões influem directamente na classificação do Sporting bem como na continuidade da sua participação da Taça da Liga.

Por outro lado, a sensibilidade inerente a alguns conteúdos leva-nos a crer que a facilidade de acesso ao Facebook poderá comprometer a partilha dos mesmos nesta plataforma. Conforme decorreu da análise, excepção feita aos Diabos Vermelhos, a ocorrência de conteúdos atinentes às ideologias demonstra-se sobremaneira reduzida. A génese da subcultura *ultra* está intimamente associada à fidelização a ideais políticos, não deixando de ser curioso a escassez de conteúdos referentes a ideologias políticos por parte das claques. À semelhança do que acontece com a Polícia, não afastamos a hipótese de hipotéticos conteúdos relacionados com ideologias políticas serem partilhados em plataformas de comunicação mais estritas.

Em suma, podemos afirmar que cada uma das quatro claques analisadas apresenta traços identitários confluentes e divergentes. Ainda assim, Juventude Leonina, Super Dragões, Diabos Vermelhos e *No Name Boys* demonstram-se identificados com a subcultura *ultra*, da qual decorre uma devoção exacerbada ao seu clube. Conforme atestámos, independentemente dos resultados obtidos pelo clube, qualquer uma das claques analisadas ostenta um apoio incondicional ao seu clube. No entanto, existem traços que as distinguem, nomeadamente ao nível da sua organização, entenda-se, estrutura hierárquica formalmente constituída.

Para findar este trabalho, importa reforçar que este é um estudo exploratório, constituído por um *corpus* limitado. Ainda assim, através deste, conseguimos aferir alguns traços característicos das claques da Juventude Leonina, dos Super Dragões, dos Diabos Vermelhos e dos *No Name Boys*. O presente estudo abriu uma porta para o desenvolvimento de futuros trabalhos, permitindo, deste modo, comparar resultados e verificar a replicabilidade do mesmo (Pais, 2004). Neste sentido, identificámos possíveis problemáticas que poderão ser analisadas futuramente, nomeadamente a hipotética ligação de algumas das claques analisadas, mormente *No Name Boys* e Diabos Vermelhos, a ideais ou grupos de índole política.

Referências

ACPO (2010). *Manual of guidance on keeping the peace*. London: NPIA on behalf of Association of Chief Police Officers and ACPO in Scotland.

Adang, O., & Brown, E. (2008). *Policing Football in europe: Experiences from peer review evaluation teams*. Apeldoorn: Politieacademie.

Atkinson, P., & Hammersley, M. (1994). Ethnography and participant observation. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 248-260). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barron, D., & Mallett, X. (2011). The Hillsborough football stadium disaster, April 15, 1989. In S. Black, G. Sunderland, L. Hackman, & X. Mallett (Eds.), *Disaster victim identification: Experience and practice* (pp. 109-125). Florida, FL: Taylor & Francis Group.

Bauer, M., & Aarts, B. (2000). Corpus construction: A principle for qualitative data collection. In M. Bauer, & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative researching: With text, image and sound* (pp. 19-37). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Glencoe, IL: Free Press.

Bernache-Assollant, I., Bouchet, P., Auvergne, S., & Lacassagne, M. (2011). Identity crossbreedingin soccer fan groups: A social approach. The case of Marseille (France). *Journal of Sport and Social Issues, 35*(1), 72-100.

Bik, H., & Goldstein, M. (2013). An introduction to social media for scientists. *PLOS Biology, 11*(4), 1-8.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1992). *Qualitative research for education: An introduction to theory and method*. Massachusetts, MA: Allyn and Bacon.

Boyd, D., & Ellison, N. (2008). Social networks site: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication, 13*(1), 210-230.

Brown, A. (1998). United we stand: some problems with fan democracy. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 50-67). London: Routledge.

Bryman, A. (2008). *Social research methods* (3rd Ed.). Oxford: Oxford University Press.

Canter, D., Comber, M., & Uzzell, D. (1989). *Football in its place: An environmental psychology of Football grounds*. London: Routledge.

Cardoso, G., & Lamy, C. (2011). Redes sociais: Comunicação e mudança. *JANUS.NET e-Journal of International Relations, 1*, 73-96.

Castells, M. (2005). *A sociedade em rede: Do conhecimento à política.* Lisboa: Casa da Moeda.

Carnibella, G., Fox, A., Fox, K., McCann, J., Marsh, J., & Marsh, P. (1996). *Football violence in Europe*. Amsterdam: Social Issues Research Center.

Chazel, F. (1995). Movimentos sociais. In R. Boudon (Eds.), *Tratado de sociologia* (pp. 259-306). Porto: Edições ASA.

Coelho, J. (1998). 'On the border': some notes on football and national identity in Portugal. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 158-172). London: Routledge.

Council of the European Union (2010). Handbook with recommendations for international police cooperation and measures to prevent and control violence and disturbances in connection with football matches with an international dimension, in which at least one Member State is involved (Council Resolution 2010/C 165/01, 03JUN2010). *Official Journal of the European Union, 165*, 1-21.

dal Lago, A., & de Biasi, R. (1994). Italian football fans: Culture and organization. In R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 73-89). London: Routledge.

della Porta, D., & Diani, M. (2006). *Social movements: An introduction* (2nd Ed). Oxford: Blackwell Publishing.

della Porta, D., Peterson, A., & Reiter, H. (2006). Aspects of the 'New Penology' in the police response to major political protest in the United States, 1999-2000. *The Policing of Transnational Protest, 5*, 97-115.

della Porta, D., & Reiter, H. (1998). *Policing protest: The control of mass demonstration in western democracies*. London: University of Minnesota Press.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Department for culture, media and sport (2008). *Guide to safety at sports grounds*. Norwich: The Stationery Office.

Doidge, M. (2010). *Italian football in an era of globalization: Neo-patrimony, new localism and decline*. Doctor thesis, unpublished. Devon: University of Exeter.

Drury, J., & Reicher, S. (2000). Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. *British Journal of Social Psychology, 39*, 579–604.

Drury, J., & Reicher, S. (2009). Collective psychological empowerment as a model os socail change: Researching crowds and power. *Journal of Social Issues, 65*(4), 707–725.

Dunning, E. (1992). A dinâmica do desporto moderno: Notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In N. Elias, & E. Dunning (Eds.), *A busca da excitação* (pp. 299-326). Lisboa: Difel.

Dunning, E. (1994). The social roots of football hooliganism: a reply to the critics of the 'Leicester School. In R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 123-152). London: Routledge.

Dunning, E. (1999). *Sports matters: Sociological studies of sport, violence and civilization*. London: Routledge.

Dunning, E. (2000). Towards a sociological understanding of football hooliganism as a world phenomenon. *European Journal on Criminal Policy and Research, 8*, 141-162.

Dunning, E & Curry, I. (2004). Public schools, status rivalry and the development of football. In E. Dunning, D. Malcolm, & I. Waddington (Eds.), *Sports histories: Figurational studies of the development of modern sports* (pp. 31-52). London: Routledge.

Dunning, E., Malcolm, D., & Waddington, I. (2004). History, sociology and the sociology of sport: The work of Norbert Elias. In E. Dunning, D. Malcolm, & I. Waddington (Eds.), *Sports histories: Figurational studies of the development of modern sports* (pp. 1-14). London: Routledge.

Dunning, E., Murphy, P., & WAddington, I. (2002). Towarsds a sociological understanding of football hooliganism. In E. Dunning, P. Murphy, & A. Astrinakos (Eds.), *Fighting fans, football hooliganism as a world phenomenon* (pp. 1-22). Dublin: University College Dublin Press.

Dunning, E., Murphy, P., & Williams, J. (1992). A violência dos espectadores nos desafios de futebol: Para uma explicação sociológica. In N. Elias, & E. Dunning (Eds.), *A busca da excitação* (pp. 355-388). Lisboa: Difel.

Durkheim, E. (1953). *Sociology and philosophy*. New York, NY: The Free Press.

Eisinger, P. (1972). *The conditions of protest behavior in american cities*. Chicago, IL: University of Winsconsin.

Elias, N. (1986). A génese do desporto: um problema sociológico. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 88-100). London: Routledge.

Elias, N., & Dunning, E (1992). O futebol popular na grã-bretanha medieval e nos inícios dos tempos modernos. In N. Elias, & E. Dunning (Eds.), *A busca da excitação* (pp. 257-278). Lisboa: Difel.

Fetterman, D. (1998). *Ethnography: Step-by-step*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Finn, G. & Giulianotti, R. (1998). Scottish fans, not english hooligans! Scots, scottishness and scottish football. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 189-202). London: Routledge.

Freud, S. (1921). *Group psychology and the analysis of the ego*. London: International Psychoanalytical Press.

Frosdick, S., & Marsh, P. (2005). *Football hooliganism*. Cullompton: Willan.

Fuchs, J. (2010). Southern nationalism and the promise of individual rights and freedom: Feflected in history, politics and literature. *The Americanist – Warsaw Journal foe the Studies of the United States, 15*, 129-146.

Galeano, E. (1995). *El futbol a sol y sombra*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Garland, J., & Rowe, M. (1999). 'The 'English disease': Cured or in remission? An analysis of police responses to football hooliganism in the 1990s'. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal, 1*(4), 35-47.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática.* Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity.

Giddens, A. (1999). *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*. New York, NY: Routledge.

Gillham, P. F., & Marx, G. T. (2000). Complexity and irony in policing and protesting: The world trade organization in Seattle. *Social Justice, 27*(2), 212-236.

Giulianotti, R. (1994). Social identity and public order: political and academic discourses on football violence. In R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 9-36). London: Routledge.

Giulianotti, R. (1999). *Football: A sociology of the global game*. Cambridge: Polity Press.

Giulianotti, R., & Armstrong, G. (1998). Ungentlemanly conduct, football hooligans, the media and the construction of notority. *Football Studies, 1*(2), 4-33.

Gohn, M. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Goodwin, J., Jasper, J. M., & Polletta, F. (2001). *Passion politics: Emotions and social movements*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

Gorringe, H., Stott, C., & Rosie, M. (2012). Dialogue police, decision making, and management of public order during protest crowd events. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, *9*(2), 111-125.

Gow, P., & Rookwood, J. (2008). Doing it for the team: examining the causes of hooliganism in english football. *Journal of Qualitative Research in Sports Studies*, *2*(1), 71-82.

Henry, P., & Moscovici, S. (1968). Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages, 11*, 36-60.

Hoggett, J., & Stott, C. (2010a). Crowd psychology, public order police training and the policing of football crowds. *Policing: An Internacional Journal of Police Strategies & Management, 36*(2), 218-235.

Hoggett, J., & Stott, C. (2010b). The role of crowd theory in determining the use of force in public order policing. *Policing & Society*, *2*, 223-236.

Holt, R. (1989). *Sport and the british: A modern history*. Oxford: University Press.

Jasper, J. (2007). Cultural approaches in the sociology of social movements. In B. Klandermans, & C. Roggeband (Eds.), *Handbook of social movements across disciplines* (pp. 59-110). New York, NY: Springer.

Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd Ed.). London: SAGE Publications.

Le Bon, G. (1986). *The crowd: A study of popular mind*. London: Ernest Benn.

Leeson, P., Smith, D., & Snow, N. (2012). Hooligans. *Revue d'Économie Politique, 122*(2), 213-231.

Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 120.

Lei n.º 50/2013, de 24 de Julho. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 141.

Lei n.º 52/2013, de 25 de Julho. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 142.

Machado, J., & Tijiboy, A. (2005). Redes sociais virtuais: Um espaço para a efectivação da aprendizagem cooperativa. *Novas Tecnologias na Educação*, *3*(1), 1-9.

Mack, N., Woodsong, C., MacQueen, K., Guest, G., & Namey, E. (2005). *Qualitative research methods: A data collector's field guide*. North Carolina, NC: Family Health Internacional.

Mannoni, P. (1985). *A psicologia colectiva*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Marks, G., & McAdam, D. (1996). Social movements and the changing structure of political opportunity in the European Union. *West European Politics*, *19*(2), 249-278.

Marivoet, S. (1992). Violência nos espectáculos de futebol. *Sociologia: Problemas e Práticas*, *12*, 137-153.

Marivoet, S. (1997). Dinâmicas sociais nos envolvimentos desportivos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, *23*, 101-113.

Marivoet, S. (2009). Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas – O caso português no contexto europeu. *Configurações*, *5*(6), 279-299.

Mathias, P. (1991). Football fans: Fanatics or friends? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, *1*, 29-32.

McAdam, D., McCarthy, J., & Zald, M. (1996). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: The University Press.

McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *The American Journal of Sociology*, *82*(6), 1212-1214.

McDougall, W. (1920). *The group mind*. Cambridge: The University Press.

McLuhan, E., & Zingrone, F. (2005). *Essential McLuhan*. Toronto: House of Anansi.

McLuhan, M. (1962). *The gutenberg galaxy*. Toronto: University of Toronto Press.

McPhail, C. (1969). Student walkout: a fortuitous examination of elementary collective behaviour. *Social Problems*, *16*(4), 441-455.

McPhail, C., & Wohlstein, R. T. (1983). Individual and collective behaviours within gatherings, demonstrations, and riots. *Annual Review of Sociology*, *9*, 579-600.

McPhail, C., Wohlstein, R. T., & McCarthy, J. (1998). Policing protest in the united states: 1960-1995. In D. della Porta, H. Reiter (Eds.), *Policing Protest* (pp. 49-69). Minnesota, MN: University of Minnesota Press.

Melluci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Morris, D. (1981). *The soccer tribe*. London: Jonathan Cape.

Murphy, P., Williams, J., & Dunning, E. (1990). *Football on trial: Spectator violence and development in the football world*. London: Routledge.

Murthy, D. (2011). Emergent digital etnography methods for social research. In S. Hesse-Biber (Eds.), *Handbook of emergent technologies in social research* (pp. 158-179). Oxford: Oxford University Press.

Neuendorf, K. (2002). *The content analysis guidebook*. London: SAGE Publications.

Olson, M. (1965). *The logic of collective action*. London: Harvard University Press.

Ortega Y Gasset, J. (1930). *La rebelion de las massas*. Madrid: Revista de Occidente.

Paech, V. (2009). A method for the times: A meditation on virtual ethnography faults and fortitudes. *Nebula*, *6*(4), 195-215.

Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pilz, G. A., & Wölki-Schumacher, F. (2010). *Overview of the Ultra culture phenomenon in the Council of Europe member states in 2009*. Hannover: Council of Europe.

Podaliri, C., & Balestri, C. (1998). The ultràs, racism and football culture in Italy. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 88-100). London: Routledge.

Porat, A. (2010). Football fandom: A bounded identification. *Soccer and Society*, *11*(3), 277-290.

Postmes, T., & Spears, R. (1998). Deindividuation and anti-normative behavior: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *123*, 238-259.

Potter, J. & Reicher, S. (1987). Discourses of community and conflict: The organization of social categories in accounts of a 'riot'. *British Journal of Social Psychology*, *26*, 25-40.

Quidt, J., & Johnston, E. (2003). *The role of local and regional authorities in preventing violence at sports events, in particular football matches*. Lisbon: Council of Europe.

Redhead, S. (1990). *The end of the century party: Youth and pop towards 2000*. Oxford: Manchester University Press.

Redhead, S. (1997). *Post-fandom and the millennial blues: The transformation of soccer culture*. London: Routledge.

Redhead, S. (2004). Hit and tell: A review essay on the soccer hooligan memoir. *Soccer and Society, 5*(3), 392-403.

Redhead, S. (2008). Firms, crews and soccer thugs: The slight return of football hooligan subcultures. In M. Atkinson, & K. Young (Eds.), *Tribal play: Subcultural journeys through sport* (pp. 67-82). Bingley: Emerald Group Publishing Limited.

Redhead, S. (2009). Little hooliganz: The inside story of glamorous lads,, football hooligans and post-subcultarism. *Entertainment and Sports Law Journal, 8*(2), 1-39.

Redhead, S. (2012). Soccer casuals: A slight return of youth culture. *Internacional Journal of Child, Youth and Family Studies, 1*, 65-82.

Reeves, S., Kuper, A., & Hodges, B. (2008). Qualitative research methodologies: ethnography. *British Medical Journal, 337*, 512-514.

Reicher, S. D. (1984). The St Pauls' riot: An explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. European Journal of Social Psychology, 14, 1-21.

Reicher, S. D. (1996). 'The battle of Westminster': Developing the social identity model of crowd behaviour in order to explain the initiation and development of collective conflict. *European Journal of Social Psychology, 26*, 115-134.

Reicher, S. D. (2001). The psychology of crowd dynamics. In M. A. Hogg, & R. S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 182-208). Oxford: Blackwell.

Revilla, T. A. (2004) 'Ultras: Culturas del fútbol'. *Revista de Estudios de Juventud, 64*(4), 87-100.

Reynolds, S. (1998). *Energy flash: A journey through rave, music and dance culture*. Berkeley: Soft Skull.

Robson, G. (2000). *'No one likes us': The myth and reality of millwall fandom*. Oxford: Berg.

Roversi, A., & Balestri, C. (2000). Italian ultras today: Change or decline. *European Journal on Criminal Policy and Research, 8*, 183-199.

Scalia, V. (2009). Just a few rogues? Football ultras, clubs and politic in contemporary Italy. *Internacional Review for the Sociology of Sport, 44*(1), 41-53.

Schreiber, M., & Adang, O. (2010a). Fiction, facts and a summer's fairy tale – mixed messages at the World Cup 2006. *Policing & Society, 2*, 237-255.

Schreiber, M., & Adang, O. (2010b). The Poles are coming! Fan behaviour and police tactics around the World Cup match Germany vs. Poland (Dortmund, 14 June 2006). *Policing & Society, 3*, 470-488.

Schweingruber, D., & Wohlstein, R. (2005). The madding crowd goes to school: Myths about crowds in introductory sociology textbooks. *Teaching Sociology*, *33*(2), 136-153.

Seabra, D. (1995). *Ultras em boca de cena*. Monografia de licenciatura, não publicada. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Seabra, D. (1998). Super Dragões desmascarados. *Antropológicas*, 39-44.

Silva, C. (2012). *Análise do impacto da utilização das redes sociais na gestão das pme portugesas*. Tese de mestrado, não publicada. Braga: Universidade do Minho.

Silva, G. M. (2001). *Ética e sociedade democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Smelser, N. (1962). *Theory of collective behavior*. New York, NY: The Free Press.

Spaaij, R. (2006). *Understanding football hooliganism*. Amsterdam: University Press Amsterdam.

Spaaij, R. (2007). Football hooliganism as a transnational phenomenon: Past and present analysis: A critique – more specificity and less generality. *The International Journal of the History of Sport*, *24*(4), 411-431.

Spaaij, R., & Viñas, C. (2005). Passion, politics and violence: A socio-historical analysis of spanish ultras. *Soccer and Society*, *6*(1), 79-96.

Spaaij, R., & Viñas, C. (2013). Political ideology and activism in football fan culture in Spain: A view from the far letf. *Soccer and Society*, *14*(2), 183-200.

Stead, D., & Rookwood, J. (2007). Responding to football disorder: Policing the British football fan. *Journal of Qualitative Research in Sports Studies*, *1*(1), 33-41.

Stott, C., Adang, O., Livingstone, A., & Schreiber, M. (2007). Variability in the colective behaviour of Englan fans at Euro2004: 'Hooliganism', public order policing and social change. *European Journal of Social Psychology*, *37*, 75-100.

Stott, C., & Pearson, G. (2006). Football banning orders, proportionality, and public order policing. *The Howard Journal*, *45*(3), 241–254.

Stott, C., & Reicher, S. (1998a). Crowd action as intergrup process: Introducing the police perspective. *European Journal of Social Psychology*, *28*, 509–529.

Stott, C., & Reicher, S. (1998b). How conflict escalates: The inter-group dynamics of collective football crowd 'violence'. *Sociology*, *32*(2), 353–377.

Sugden, J. (2002). We are leeds!. In M. Perryman, (Eds.), *Hooligan wars: Causes and effetcs of football violence* (pp. 95-110). London: Mainstream.

Sugden, J., Tomlinson, A., & Darby, P. (1998). FIFA versus UEFA in the struggle for the control of world football. In A. Brown, (Eds.), *Fanatics! Power, identity and fandom in football* (pp. 11-31). London: Routledge.

Tarde, G. (1903). *The laws of imitation*. New York, NY: Henry Holt and Company.

Testa, A. (2009). UltraS: An emerging social movement. *Review of European Studies*, *1*(2), 54-63.

Testa, A. (2010). Contested meanings: The Italian media and the ultraS. *Review of European Studies*, *2*(1), 15-24.

Testa, A., & Armstrong, G. (2013). Football fascism and fandom: The ultraS of Italian football. *Sociology of Sport Journal*, *30*, 223-226.

Thompson, H. (2004). *Hey rube: Blood sport, the Bush doctrine, and the downward spiral of dumbness*. New York, NY: Simon & Schuster.

Tieney, K. (2002). Strength of a city: A disaster research perspective on the world trade center attack. *Social Science Research Council*.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. New York, NY: Random House.

Tomlinson, A. & Young, C. (2006). Culture, politics, and spectable in the global sports event – an introduction. In A. Tomlinson & C. Young (Eds.), *National identity and global sports events: Culture, politics, and spectable in the olympics and the football world cup* (pp. 1-14). New York, NY: State University of New York.

Toffler, A. (1980). *The third wave*. New York, NY: The Free Press.

Treadaway, C., & Smith, M. (2011). *Facebook markting an hour a day*. Indianapolis, IN: Wiley Publishing.

Tsoukala, A. (2009). *Football hooliganism in europe: Security and civil liberties in the balance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Turner, R., & Killian, L. (1957). *Collective behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Tzu, S. (2009). *A arte da guerra*. Lisboa: Bertrand Editora.

UEFA (2013). *UEFA champions league club manual 2013/14*. Nyon: UEFA.

UEFA (2013). *UEFA europa league club manual 2013/14*. Nyon: UEFA.

Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (10a Ed.) (pp 101-128). Lisboa: Edições Afrontamento.

Vanderstoep, S., & Johnston, D. (2009). *Research methods for everyday life: Blending qualitative and quantitative approaches*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analisys* (2nd Ed.). Beverly Hills, CA: SAGE Publications.

Williams, J. (1991). Having an away day: English football spectators and the hooligan debate. In J. Williams & S. Wagg (Eds.), *British football and social change: Getting into europe* (pp. 160-184). Leicester: Leicester University Press.

ANEXOS

Anexo 1 – Grelha de análise de conteúdo (com exemplos)

Pré-categoria A. – Mobilização de Recursos – nesta pré-categoria insere-se a informação que demonstre a importância de uma estrutura inerente à claque que utilize eficazmente os meios disponíveis bem como os moldes em que estes são utilizados.

Categoria A.1. – "**Repertório de acção Ultra**" – Codifica-se as u.r que definem as formas de acção *ultra* pela claque.

***Exemplo*:** "*Vamos levar muitas bandeiras (...) e estandartes*"

Categoria A.2. – "**Repertório de acção Casual**" – Reúne-se as u.r que definem formas de acção *casual* pela claque.

Exemplo: "*Logotipo da Stone Island*"

Categoria A.3. – "**Mobilização**" – Codificam-se as u.r. que digam respeito à mobilização para o apoio ao clube, seja este apoio presencial ou virtual.

Exemplo: "*Invasão a Alvalade (...) próximo domingo*"

Categoria A.4. – "**Organização**" – Esta categoria engloba as u.r. respeitantes a toda estrutura da claque e ao seu funcionamento.

Subcategoria A.4.1. – "**Financiamento**" – Insere-se nesta subcategoria as u.r. referentes aos processos de financiamento da claque (cachecóis, *sweats*, *fanzines*).

Exemplo: "*Não percas a 32ª edição da tua revista*"

Subcategoria A.4.2. – "**Hierarquia**" – Nesta subcategoria encontram-se as u.r. relacionadas com a estrutura hierárquica da claque, nomeadamente o líder.

Exemplo: "[Mustafa[1]] *lutas por uma claque unida*"

Subcategoria A.4.3. – "**Repertório de informação**" – Nesta subcategoria inserem-se as u.r. que aludam ao suporte informativo relacionado com o clube e com a claque.

***Exemplo*:** "*Bruno de Carvalho celebra hoje 42 anos*"

Subcategoria A.4.4. – "**Modo**" – Encontram-se nesta subcategoria as u.r. sobre a maneira como a claque se encontra organizada.

[1] Líder da Juventude Leonina

Exemplo: ”*Um agradecimento especial aos núcleos de Londres”*

Categoria A.5. – “**Aliados**” – Introduz-se nesta categoria as u.r. relativas às relações existentes entre diferentes grupos organizados de adeptos.

Exemplo: “*Un grande abbraccio agli amici viola*” (Um grande abraço aos nossos amigos *viola*, numa alusão aos *ultras* da Fiorentina)

Pré-categoria B. – Processo de Enquadramento Cultural – nesta pré-categoria insere-se a informação atinente ao contexto no qual a claque desenvolve a sua actividade.

Categoria B.1. – “**Componente ideológica**” – Nesta categoria inserem-se as u.r. relativas ao sistema de ideias, valores e princípios que determinam o posicionamento da claque.

Exemplo: “*Ostentação da bandeira dos estados confederados do sul dos Estados Unidos da América*”.

Categoria B.2. – “**Portadores de significado do Clube**” – Inserem-se as u.r. atinentes aos simbolismos inerentes ao clube que a claque apoia.

Subcategoria B.2.1. – “**Ícones**” – Inserem-se nesta subcategoria as u.r. que aludam às pessoas que, pelo seu desempenho e conquistas, se tenham eternizado no clube.

Exemplo: “*És eterno King!”* (referência a Eusébio da Silva Ferreira)

Subcategoria B.2.2. – “**Elementos do clube**” – Inserem-se nesta subcategoria as u.r atinentes às pessoas que representem ou já tenham representado o clube.

Exemplo: “*Obrigado por tudo Matic*”

Subcategoria B.2.3. – “**Simbolismos do clube**” – Nesta subcategoria inserem-se as u.r. que digam respeito aos símbolos do clube (emblema, hino, estádio).

Exemplo: “*Azul intenso*”

Categoria B.3. – “**Portadores de significado da claque**” – Inserem-se nesta categoria as u.r. que digam respeito aos simbolismos da claque diferenciando-a das demais.

Subcategoria B.3.1. – "**Curva**" – Nesta subcategoria inserem-se as u.r. que digam respeito ao local ocupado pela claque no estádio.

Exemplo: "*A nossa bancada*"

Subcategoria B.3.2. – "**Simbolismos da claque**" – Nesta subcategoria inserem-se as u.r. que digam respeito aos símbolos da claque (logotipo, ano de fundação).

Exemplo: "*Logotipo Juventude Leonina 76*"

Categoria B.4. – "**Demarcação clubística**" – Inserem-se nesta categoria as u.r. referentes à caracterização dos clubes rivais (sátira, provocação, ofensa).

Exemplo: "*Lagarto fanfarrão (...) a tua fruta é o melão!*"

Pré-categoria C. – Dimensão afectivo-emocional – Nesta pré-categoria insere-se a informação respeitante à emotividade e ao afecto, inerentes à actividade de apoio da claque para com o clube.

Categoria C.1. – "**Sentimento de injustiça**" – Nesta categoria inserem-se as u.r. que reflictam o sentimento em relação às iniquidades a que, tanto o clube como a claque, são sujeitos.

Exemplo: "*Temos que dizer basta aos consecutivos erros de arbitragem*"

Categoria C.2. – "**Importância da acção**" – Esta subcategoria compreende as u.r. relativas à percepção e ao reconhecimento que a acção de apoio é preponderante no alcance dos objectivos por parte do clube.

Exemplo: "*Os adeptos apoiam a equipa do princípio ao fim do jogo*"

Categoria C.3. – "**Expectativas**" – Nesta categoria inserem-se as u.r. que espelhem o que a claque espera da participação do seu clube.

Exemplo: "*Este fim-de-semana vamos entrar com raça*"

Categoria C.4. – "**Devoção ao clube**" – Esta categoria engloba as u.r. atinentes ao sentimento que a claque demonstra pelo clube que apoia.

Exemplo: "*E o Sporting é o nosso grande amor*"

Anexo 2 – Distribuição das unidades de registo pelas categorias

			Claques				
			Diabos Vermelhos	**No Name Boys**	**Super Dragões**	**Juventude Leonina**	**Total**
Categorias	**A**	**A.1**	66	57	74	196	**393**
		A.2	6	1	2	0	**9**
		A.3	38	27	77	128	**270**
		A.4.1	5	1	7	12	**25**
		A.4.2	0	0	12	105	**117**
		A.4.3	7	8	9	147	**171**
		A.4.4	11	2	3	30	**46**
		A.5	2	0	21	8	**31**
	B	**B.1**	7	0	0	0	**7**
		B.2.1	12	45	0	17	**74**
		B.2.2	4	3	6	129	**142**
		B.2.3	12	11	24	91	**138**
		B.3.1	4	0	2	3	**9**
		B.3.2	10	3	9	76	**98**
		B.4	3	9	41	67	**120**
	C	**C.1**	0	0	30	48	**78**
		C.2	11	26	89	73	**199**
		C.3	11	6	7	17	**41**
		C.4	8	26	13	35	**82**
		Total	**217**	**225**	**426**	**1182**	**2050**